

# PELA GREI

REVISTA PARA O RESSURGIMENTO NACIONAL  
PELA FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO DE UMA OPINIÃO PÚBLICA CONSCIENTE

DIRECTOR ANTONIO SERGIO	N.º 4 1.º ANO — 1918	SECRETARIO A. REIS MACHADO
----------------------------	-------------------------	-------------------------------

EDITORA: Liga de Acção Nacional

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua do Salitre, 55, 3.º, Lisboa

COMP. E IMP. NA TIPOG. DA RENASCENÇA PORTUGUESA, R. Martires da Liberdade, 178—Pôrto

2 de Outubro 1918

## Da necessidade de as elites fazerem uma revolução pacífica

O País precipita-se para a anarquia porque as classes dirigentes o querem; há todos os recursos para evitarmos a catástrofe; faz-se todo o possível para a tornar inevitável. Eis a característica da situação.

O mais estranho é que a necessidade de elaborar e realizar um plano sistemático de reformas (idea fundamental do programa de *Pela Grei*) está sendo sentida e proclamada por individualidades obscuras, de boa vontade muito maior que o seu poder, e pelos chefes do operariado; mas não parece que a compreendam as camadas preponderantes, aquelas que mais deveriam revelar a inteligência destes problemas e o espírito de previsão é de comando, aquelas que mais têm a perder com o agravamento da nossa crise... Os «dirigentes» naturais abdicam; que não-de fazer os «dirigidos»?

*Mas essa abdicación é um suicídio:* eis o ponto em que, finalmente, deveria pensar a burguesia. As vantagens sociais só se mantem e justificam pelo serviço social; patrono quer dizer, ao mesmo tempo, o que é senhor e o que defende. Restringindo-se aos seus interesses pessoais e não cuidando da protecção dos interesses colectivos, a burguesia deve saber que determina estes três

factos: primeiro, a escravidão dos governantes (que em alguma força se hão-de apoiar) a qualquer grupo ilegítimo de interesses individuais; segundo, o estímulo às classes menos preparadas a que se apassem do comando que os «dirigentes» não exercem; terceiro, o estoíro final pela fome. A alta burguesia, com a sua inércia e incapacidade, não suscita um govêrno de bem-fazer, e obriga os proletários a uma revolução anárquica de que eles mesmos serão vítimas, como toda a GREI. É a inércia da burguesia que perverte os governantes; e é ela, ainda, quem faz as insurreições.

Dirão os homens «práticos» que, antes de tudo, vão aos interesses que estão mais próximos. Mas como, se arriscam a ordem social de que depende a sua fortuna? Como, se entesouram dentro de um sacco que está suspenso sôbre labaredas? De maneira que a nossa campanha, que alguns classificam de «idealista», pôde ser que seja um «idealismo» — *em nós*; nos homens «práticos», nos que mais teem a perder, seria o mais prático, utilitário e bem entendido dos interesses.

Não nos burlemos por mais tempo. O fim da guerra será o início de uma grande reorganização, — de uma grande transformação social; e até lá, ainda há-de exasperar-se a nossa crise. Ora, se o problema da repartição da riqueza (e sobretudo do poder) é já de si tão montanhoso, — que será êle na nossa terra, onde antes da montanha se rasga o abismo de um vácuo gravíssimo na produção, o perigo iminentíssimo da fome em fúria, e às lutas económicas se sobrepõe, desvairada, a guerra civil das clientelas?

A burguesia de Portugal tem diante de si um enorme problema, e é-lhe mister um viril esforço para se pôr à altura de o resolver. As fórmulas políticas partidárias estão revelando a toda a luz as vacuidades que sempre foram, porque somos chegados, neste país de revoltas, à hora da Revolução, — da reforma profunda e decisiva de toda a vida nacional. Essa revolução é inevitável; *e ou será feita pelos de cima, ou contra eles; quem não toma a iniciativa da revolução ordeira assume a responsabilidade da revolução anárquica.* Que preferem? «O dever do homem de Estado», disse Disraeli, «é efectuar por meios pacíficos o que faria uma revolução com meios violentos». Quererão os Portugueses compreender, afinal, a sabedoria enérgica dêste pensamento?

Mas só um escol pode realizar uma revolução ordeira e criadora. Mais do que nunca são necessárias as elites, as capacidades de coordenação, — elites actuautes e organizadas sob a disciplina de um ideal: elites agrícolas, industriais, comerciais; elites do proletariado; elites morais; elites intelectuais. A função governativa de

uma elite não consiste em ser govêrno, na estrita acepção desta palavra; pôdem pela elite ser dirigidos os govêrnos sem que ela assuma positivamente o encargo de governar: basta que exprima claramente as necessidades colectivas, e se esforce por organizar correntes nítidas de opinião; quem dirige as ideas dos particulares — acaba por dirigir a vida pública.

Cumpra às elites agrícolas, industriais e comerciais compreender que do seu espírito de justiça depende o futuro de todas as classes e a vida económica do País, e que os bens pessoais imediatos se transformam com o tempo em perigosíssimas desvantagens quando se não conciliam com o interêsse público e com a melhoria de situação das classes operárias; que não é o homem que domina os outros — quem quer que êles sejam — mas quem os aproveita para o bem deles e para o próprio, que trabalha com mais efficácia para o seu interêsse pessoal; e que a verdadeira luta pela vida se não pejeja contra os homens, mas contra as coisas, estudando as fôrças da Natureza e a maneira de as utilizar. Compete-lhes ainda compenetrar-se dos verdadeiros interêsses nacionais e do espírito de renovação do nosso tempo, de maneira que se façam pacificamente as necessárias transformações; dela esperamos outrosim uma poderosa organização dos representantes dos diversos interêsses em activas corporações profissionais, e a defesa do País contra a absorpção pelo estrangeiro, nesta hora mais do que nunca impendente sobre nós.

Releva que as elites operárias saibam exprimir por seu lado o ideal de uma revolução criadora para maior justiça distributiva fóra do princípio da luta de classes (tão estreito e mesquinho quanto é erróneo) vendo que para melhor distribuir as riquezas é mister produzi-las em maior escala, o que só se obtem pela revolução ordeira; e que a melhoria económica do operariado está prevalentemente subordinada à sua superioridade espiritual.

Incumbe à elite da intelligência chamar-nos à consciência do nosso estado e prever o melhor possível as correntes sociais de depois-da-guerra, para que possamos conciliar a inovação com a prudência, evitando cegas oposições do espírito conservador e revoltas justificadas dos explorados pela oligarquia; tentar conhecer a vida moderna e as necessidades concretas do País, definindo uma política nacional sem carácter partidário, fóra do tirânico jacobinismo e do conservantismo estreito (ambos sediços e fanáticos ambos) conformemente aos ideais da verdadeira Democracia; estabelecer contacto íntimo com a massa do povo e com as elites, adaptando o seu influxo à época actual e ao ambiente nosso; des-

viar a literatura portuguesa da incultura, da frivolidade, do «nacionalismo» que a caracterizam hoje, insuflando-lhe a aura vital das grandes preocupações do mundo moderno; manter uma forte independência diante das clientelas e das oligarquias, em relação ao burguês e ao operário, não sendo serva de potentados nem lisonjeira de multidões; proclamar finalmente, contra os arrastres do sentimentalismo e a inercia egoista dos indiferentes, — acima do Amor, tantas vezes anti-social, e acima do Ódio, que é todas as vezes um suicídio, — a soberania luminosa da Razão e da Justiça.

Teremos elites? Quem organize, quem pense, quem purifique e quem faça? A esta interrogação se chega sempre, por todos os caminhos, depois de vaguear em qualquer sentido pelas misérias portuguesas. Os organismos espirituais que são as Nações verdadeiras vivem pela alma das suas elites, e morrem quando elas desaparecem, — ou porque se estiolam, ou porque as matam, ou porque se suicidam. Poderemos ainda formar uma elite? Creiamos que sim. Contra todas as aparências, afirmemos a fé nas nossas capacidades de vida, — como a primeira das condições para se poder ser criador de vida.

(A. Sérgio?)

«Os novos tempos carecem de um homem novo, do homem reformador, — homem animoso, íntegro, cuja missão é descobrir e abrir caminhos para tudo que é excelente ou bom sobre a terra... ¿Para que nasce o homem senão para ser um Reformador, um Refazedor daquilo que o homem fez?»

EMERSON.

«A influência da elite moral exerce-se a longo praso, de maneira duravel e não passageira. Não é isto um motivo para desanimar da acção; bem pelo contrário, é antes um motivo para nos dedicarmos à acção, *mesmo quando os seus resultados não são imediatos*».

P. DE ROUSIERS.

«É mister que a nossa política tenha por base os mais puros princípios da moralidade privada e que as mesmas virtudes que recomendam o homem honesto á estima dos seus semelhantes recomendem a nossa Republica á estima do mundo. Se há uma verdade fortemente estabelecida, é a existencia de um vinculo indissolúvel entre a virtude e a felicidade, entre as maximas de um governo justo e as sólidas recompensas da prosperidade pública».

WASHINGTON.

«O mais pratico de todos os políticos é o politico probó, justo e honesto».

ROOSEVELT.

## A SITUAÇÃO ECONOMICA

### Falencia

#### II — CAUSA DA CRISE ECONOMICA

*A Grei ainda não se adaptou á terra nacional; ainda não sabe tirar d'ela os alimentos fundamentaes, que tão prodigamente o nosso solo podia produzir, nem as matérias primas que tanto escasseiam para o trabalho: é o que se infere da continuação e agravamento da pobreza economica, apesar de quatro annos de guerra que deviam ter sido, mas que não foram, o melhor estímulo para remediar penurias já cronicas.*

Gente malaventurada desde a reconquista: a nossa terra demarcada na Iberia cheia de valores potenciaes para a Grei; esta incapaz de se afeiçoar ás modalidades de labor que a terra exige. E assim vive seculos, em permanente dependencia da actividade agricola e industrial dos outros povos, quando não em duradoura abjecção.

Pouco adeanta definir precisamente o que tinham deixado de utilizações enraizadas as varias ondas migratorias para esta orla da Iberia que depois havia de ser a nossa terra peninsular; sem contestação pode-se afirmar (e é o que importa), que nem o dominio romano, nem os anteriores, impozeram na metade do Sul d'ela, de verão arido, modos de posse e de usufructo do solo capazes de *assegurarem* a producção cerealifera e pecuaria sem eventualidades do clima, e em intensidade comparavel á da terra do Noroeste: não tinha paralelo no Sul o viveiro de gente que foi todo o Norte e Noroeste da Iberia—, solo que fixava todas as ondas migratorias que por ele atravessavam, por mais extravagantes que fossem para a fisiografia regional.

Tirando recantos privilegiados da orla algarvia e extremenha, parece averiguado que a gente vinda do Mediterraneo, da orla iberica ou da orla africana, bem como a gente de longa data fixada pelo Sul do futuro Portugal, não modificára, senão nas estreitas visinhanças de algumas vilas e cidades, o feitio ermo, latifundiario, da utilização da terra larga, até aos primordios da reconquista; certo como é que as varias gentes sarracenas tambem o não fizeram ao occidente do Guadiana, senão em trechos diminutos de dominio arabe, Silves por exemplo, em antithese do que tinham feito ou

ampliado em terras do Sul da Espanha (Valencia, Granada, Cordova, etc.), onde estabeleceram paraizos de vegetação e de culturas.

Assim, á medida que avançavam para o Sul, as gentes da reconquista aos sarracenos, taradas de seculares costumes guerreiros, cahiram em terras cada vez menos propicias á sua fixação em trabalho proprio, sedentario e util de aproveitamento do solo. Eram, pois, concordantes para o desenvolvimento do parasitismo vario em que veio redundar toda a vida nacional, até hoje, todas as circunstancias da reconquista: 1.º as qualidades guerreiras dos neogodos que iniciaram, em terras do futuro Portugal, o descenso do Entre Douro e Minho, pela orla atlantica, para o Sul; a longa educação guerreira, de depredação e de razia, mantida e agrada por anos e anos de vida sistemática n'esse mister — desde o descenso dos godos das terras do Norte europeu á conquista dos bens dos romanos, até á tomada de Lisboa; de Ceuta até Goa e Ormuz; dos *fumos* da India até á perda do Brazil... 2.º a hostilidade fisiografica das terras para onde se iam expandindo na reconquista, especialmente das grandes mesopotamias alemtejanas, desprovidas de heranças de modos de aproveitamento garantido do solo que fossem a educação nova d'estas gentes, oriundas d'onde a rega dos campos não era praticada, por desnecessaria, e que por isso não compreendiam as tradições agricolas que os orientaes deixaram impressas pelo Guadalaviar, pelo Guadalquivir e pelo Genil<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> O anglo-saxão e os outros descendentes dos nordicos não se adaptaram cedo á rega dos campos — migrações para a Iberia, para o-Norte de Africa, para a Palestina e para a America do Norte. Só quando as condições naturaes eram de todo favoraveis á rega (vale do Pó), ou quando, nos tempos modernos (quasi de hoje), os recursos scientificos já eram muito desenvolvidos e era necessario intensificar a producção, ou não morrer de fome pela *secura do clima*, é que tal adaptação se deu.

Nas terras aridas de Utah os Mormons, uns dos pioneiros da America do Norte, entre o Wasatch e Salt Lake, por imposição ineluctavel do meio geografico, foram os primeiros anglo-saxões que começaram as culturas regadas (verão de 1847), porque d'outra maneira morreriam de fome: «e o deserto começou a florir como as rosas». Foi a primeira vez que o anglo-saxão se viu, na America do Norte, em frente do problema da aridez que só conhecia da leitura da Biblia. Depois nas restantes terras aridas dos Estados Unidos Norteamericanos e do Canadá; como os inglezes no Egipto, na Australia, na Mesopotamia, etc..

O movimento da população norte-americana para o Occidente, notavel depois da Guerra da Rebelião, só parou perante o obstaculo da aridez: de 1876 a 1885 deu-se uma emigração muito grande para as terras que d'antes se chamavam o Grande Deserto Americano, das Dakotas, por Kansas e Oklaoma, ao Texas, correspondendo esta povoação a um periodo de chuvas anuaes favoraveis. De 1886 a 1901 vieram anos muito secos, em que todas as culturas morriam á sede; e a maior parte da gente fugiu, n'uma tragedia notavel do movimento para o West. Depois renovou-se o povoamento, mas á sombra dos progressos da *dry-farming* e em parte da rega.

A inutilisação pelos neogodos d'alguns trabalhos de rega feitos pelos arabes, e pelos outros povos de tradições orientaes, na Iberia foi notavel; como foi a causa do estacionamento em decadencia já secular d'essas terras assoladas pelos da reconquista.

O Alemtejo (ai de nós!) porque tinha chuva para as culturas, incerta e escassa embora,

Não vale a pena discutir a repercussão extraordinária no estímulo da aventura e da vida parasitaria que devia ter este factor do feitiço territorial na gente da reconquista: fosse a terra alemtejana de clima similar ao da Beira marítima (este em continuação do da terra de brumas e de nascentes que é o Minho)—e para isso bastaria que o anfiteatro ocidental, culminante na Estrela, em vez de ir morrer, logo muito deprimido, a Cintra, se prolongasse proeminente até aos montes orientaes do Algarve—que, demarcada a nossa terra peninsular pela submissão do mouro, seria bem natural que o infante D. Enrique não alcançasse a ida a Africa, vencendo o bom senso e o amor ao *nosso povo* do infante D. Pedro; ou, que fosse, não teriamos persistido no caminho da perdição, mingando as terras reconquistadas na Iberia de trabalho e de povoação, porque a terra do Sul, então não mirrada pelo verão sarraceno, espontaneamente a vestir-se de vegetação e de verdura, havia de enraizar a agricultura e a industria concomitante.

Conjecturas, porém, nada remedeiam: a historia registou a aventura doida por fóra do nosso quadro geografico natural, e as consequencias inherentes a tal vida. As tendencias guerreiras não foram contrabalançadas por imposições do solo: o *deserto* alemtejano impediu de vez a expansão franca do conquistador para alem do Tejo; a depredação secular em marcha para o Sul, na conquista do fructo do trabalho alheio, encaminhára a nação para entre o Tejo e o mar da Estremadura: Lisboa foi o porto natural do escoadouro da Grei, que só deixára mal extranha á derrocada da pirataria organizada as terras verdejantes de Entre Douro e Minho, refugio e viveiro da nossa gente malaventurada.

O parasitismo, oriundo, sem constestação, do processo da reconquista e dos factores—gente e território mal harmónicos ambos para o aproveitamento reciproco—tomou vários aspectos ao longo da vida nacional, sempre como norma de vida da nação, e foi corroendo as várias riquezas que encontrara: as do mouro e do judeu; do indiano, do africano e do brasileiro; dos nobres e dos religiosos<sup>1</sup>; e rematou no imposto do Estado que veio substituir os dízimos e mais tributos eclesiásticos e fidalgos... e no empréstimo actual da guerra. E em paralelo com o agravamento da

---

más que também podia dar colheitas abundantes, conforme a aneza, não obrigou á rega, como a região valenciana, como o Egipto, como a India: e por isso, e porque hoje-tambem não pratica a *dry-farming* adequada ao seu solo, nem tem um estado social compativel com mais rendoso aproveitamento agricola, continuará mal habitado e mal productivo.

<sup>1</sup> As reformas de Mousinho não modificaram os métodos e os processos de trabalho, e por isso não melhoraram a adaptação da Grei ao Território.

mendicidade e da rapinagem vária, porque todo o mundo trabalhou para êle, o português nunca soube — até hoje — estudar a sua terra da Ibéria e das Colónias para a aproveitar em trabalho rendoso: apesar de tanta coisa escripta, sob a sciência do estrangeiro, nós não sabemos quási nada da organização mais proveitosa da nossa agricultura por todo o país — nós não sabemos cultivar assegurada e intensamente os cereais para o pão, nem criar o gado para a carne e para a lã; não sabemos qual a ferramenta melhor da nossa agricultura; não temos pomares e laranjaes; não temos a cultura suficiente do linho e a sua indústria . . . não temos sequer o inventário regular dos nossos valores hidro-eléctricos (muito menos a sua utilização), nem o plano de navegabilidade dos nossos rios e do seu aproveitamento na rega; não temos metalurgia . . . e se temos muito vinho (nem sempre bom), é porque não dispensamos as tabernas embrutecedoras da Grei.

Ao mais singelo exame da vida que temos feito pela história fora, e do nosso estado actual de expectativa famélica perante a febre de actividade dos povos que lutam pela existência, nós temos de confessar a nossa incompetência radical na utilização dos recursos naturais das Colónias e (o que é mais lamentável) da nossa terra da Ibéria. Não sabemos bem o que pode dar o Território, e com que esforço mínimo aproveitá-lo; que novos campos de actividade pode alimentar; que intercambios pode e deve manter. Afeitos à enxada de Adão, ao arado prehistórico, à terra larga e erma e à pecuária manadia do Sul, bem como às minúsculas leiras e casas de lavoura do Noroeste e da Serra, preparadoras da emigração para os países extranhos (que para as Colónias quási só enviamos militares, burocratas e degredados), — não soubemos nunca, nem quando tapavamos os buracos da loucura da Índia com basta gente negra na cultura do Alemtejo e na servidão de Lisboa, nem quando emigravamos à doida para o Brazil antes da guerra <sup>1</sup>, nem agora sob o aguilhão da fome, — *não soubemos nunca adaptarmo-nos ao país*: e é a falta dessa adaptação, a ignorância e a impotência de utilisarmos bem os seus recursos naturais, que traz a crise actual, e nos há-de levar, provavelmente, — se a guerra não acabar em breve, — à anarquia da fome, seguida talvez pela servidão do *fellah* <sup>2</sup>.

29 de Agosto de 1918.

EZEQUIEL DE CAMPOS.

<sup>1</sup> Os jornais dizem hoje que 200 pessoas do Norte estão em Lisboa para emigrar.

<sup>2</sup> V. o artigo seguinte.



## A invasão de Portugal pelo capitalismo estrangeiro

O exame das circunstâncias em que tinha de desenvolver-se a vida portuguesa nos últimos anos já o tinha mostrado; mas foi a guerra que veio dar um realce extraordinário aos três factores primários do nosso resurgimento: a energia hidro-eléctrica em todo o país, especialmente no Noroeste; a terra luminosa do Sul; e o comércio das Colónias.

O valôr da energia hidro-electrica para o Noroeste fica saliente pela necessidade que tem actualmente a industria desta região de cerca de 40.000 cavalos-vapor: antes da guerra vinha o carvão estrangeiro movimentar as fábricas; com a guerra recorreu-se à lenha, que em pouco tempo atingiu um custo elevado, e que não pôde suprir por muito tempo as necessidades da força. Quando voltar a concorrência da navegação aos nossos portos, dar-se-há um esmagamento da nossa industria pela estrangeira, se ainda continuarmos com a actual carestia na produção, em que a energia motriz representa uma parte notável dos custos. Acresce que é necessário movimentar os nossos comboios por outra forma mais decente e económica, e que é urgente introduzir industrias fundamentaes para que a electricidade barata — e só pôde ser então a produzida pela água — é tudo.

Ora, se temos no Norte do país muitos valôres hidro-electricos em possibilidade, só temos muito poucos capazes de fornecer energia bastante e a preço aceitável para que a nossa industria, quanto a energia, fique em circunstâncias similares a algumas das estrangeiras; à da nossa vizinha Espanha, por exemplo (e é escusado salientar como esta última equiparação é indispensável que se obtenha).

Se estas fontes de energia hidro-electrica passarem a mãos estrangeiras, ninguém espere regular depois os seus preços para vantagens portuguesas: a finança estrangeira não se impoz a missão de vir civilisar-nos por altruismo. E então as circunstâncias da vida industrial portuguesa serão de todo desvantajosas: energia hidro-electrica ditada apenas pela concorrência ao custo da energia que possamos obter pelo carvão caro, estrangeiro ou nacional, ou pela lenha carissima; matérias primas em circunstâncias de custo inferiores às da industria estrangeira; operários menos aptos a uma produção rendosa que os do estrangeiro, só podem dar productos que

teem fatalmente de ser batidos pelos estrangeiros, até na metrópole, porque não haverá pautas alfandegárias, nem protecção *anti-dumping*, capazes de tal impedir, dadas as restantes más condições de vida que, por êste rumo de desleixo, teremos no fim da Guerra.

Sabemos que a governação não tem apresentado as mais singelas medidas de defesa dos nossos valores hidro-electricos primários<sup>1</sup>; e ouvem-se nítidos os rumores de negociatas da finança estrangeira para o açambarcamento do Alto Cávado, do Douro fronteiro e do Douro português, que são justamente aqueles valores.

—O que espera a industria do Noroeste no fim da guerra?

\*

Só a terra luminosa do Sul do país póde duma maneira rápida e económica abastecer-nos do que de há muito nos vem faltando em alimentos e matérias primas fundamentaes: primeiro pela cultura racional e em grande escala de terra de sequeiro; logo depois pela utilização da água na rega extensa e aperfeiçoada de vastissimas superfícies até agora muito mal aproveitadas.

Mas o aproveitamento agrícola da terra do Sul está inteiramente relacionado com a sua povoação, certo como é que só esta póde atar, dum modo proficuo para a Grei, a sangria aberta e depauperante da nossa emigração.

Definida a terra do Sul do país como único salvatório eficaz da nossa crise de subsistências e matérias primas, e ao mesmo tempo de uma cura para o nosso estado alarmante de expansão da Grei, claro que a penetração de empresas de posse e exploração nesta metade do país vem trazer um estorvo sério — se vastos territórios e os melhores para a réga elas tomarem — à resolução dum dos nossos problemas mais graves<sup>2</sup>. Que importa à finança estrangeira esta questão, suprema para nós, de enraizar pelo Alemtejo çasais e granjas e pequenas herdades em vida próspera, para o benefício da Grei?

Haveria vantagem, sem dúvida, em promover a utilização por algumas empresas, sujeitas a normas especiais de organização, de alguns tractos restrictos de terreno de feitio alemtejano, pelo menos como norma e estímulo de empreendimentos similares pelos sindi-

<sup>1</sup> Pelo contrário, até parece que está convicta de que a invasão pelo estrangeiro nos será útil: quando da visita do snr. ministro do comércio ao Norte, no fim de agosto p. passado, os jornaes do Porto publicaram de origem officiosa que «era sua opinião que dentro de breve tempo a energia electrica se tornará *excessivamente* económica». Escusado dizer que a empresa de Lindoso é espanhola.

<sup>2</sup> Dizem as gazetas do começo de setembro corrente que se está a organizar um grande sindicato peninsular, com 60.000 contos de capital, para compra de largos tractos de terreno no Alemtejo e sua exploração pela rega.

catos ou corporações administrativas locais. A invasão, porém, pelo estrangeiro, em empresas de posse de largos tractos da terra do Sul, cuja utilização em vantagem nacional vem posta como um problema não resolvido até hoje desde que a tomámos ao sarraceno, constitue um perigo sério, por nos cercear um factor valiosissimo do nosso ressurgimento.

—O que pensa a gente do Sul da alienação do melhor das suas terras, se tal se der?

\*

Não se discute agora se Portugal, depois da Guerra, poderá viver mais feliz com as Colónias, ou sem elas. Um longo passado prende-nos aos restos ainda grandiosos do mundo que trilhámos para além do Bojador; e o comércio das produções variadas dessas terras, bem como a missão civilisadora das gentes que as povoam, na expansão legitima e proveitosa da Grei, constituem sem discussão um factor notável da nossa valorisação entre os povos.

Para isso é necessário que tenhamos uma frota e uma organização financeira e de trabalho que permitam fazer por nós e para nós o comércio colonial — resultante de toda a nossa actividade pelas Colónias.

Consta que tambem este factor, um dos pontos insubstituiveis no triangulo de repouso da prosperidade nacional, tambem passou ou vae passar aos estrangeiros: a *Portuguese Trade Corporation* absorverá o melhor dos nossos capitães das colonias, manejará a nossa frota, e pelo *Board of Trade* imporá o maximo de vantagens para si, o que não será muito de acordo com o mesmo tratamento para nós.

—O que espera toda a nossa gente que vive nas Colonias, e aquella que trabalha para as Colonias, da ingerencia tão dominadora do estrangeiro em todo o nosso commercio colonial?

\*

Emquanto trôam os canhões manobram os sindicatos e os diplomatas: no fim da Guerra sentiremos que por ignorancia e por incuria deixámos perder o melhor ensejo de termos acordado para a vida e os factores imprescindiveis do resurgimento. A invasão financeira, que levará a sermos explorados como admiraveis pagadores de tributos aos vencedores, estará feita. Porque — de que valerão no fim as riquezas da Grei se o que é mais fundamental, os factores primarios de toda a prosperidade, em que se baseia todo o trabalho, estiverem nas mãos do estrangeiro?

## A SITUAÇÃO INTELECTUAL

### O problema universitario na Universidade de Lisboa

Quando em 1911 se criou a Universidade de Lisboa incluíram-se entre os seus estabelecimentos de ensino uma Faculdade de Agronomia e uma Escola de Medicina Veterinária; previu-se também a futura criação de Faculdades ou Escolas Técnicas para os diferentes ramos da engenharia, comércio e indústria, na razão dos recursos do Tezouro, do desenvolvimento das Universidades e das necessidades económicas, gerais ou especiais. Entretanto o antigo Instituto de Agronomia e Veterinária desdobrou-se num Instituto Superior de Agronomia e numa Escola de Medicina Veterinária, sem que êstes estabelecimentos ingressassem na Universidade e continuando até no Ministério do Fomento, de que o primeiro dependia. Criaram-se igualmente, neste mesmo Ministério, por desdobramento do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, o Instituto Superior Técnico e o Instituto Superior de Comércio.

Quando mais tarde se organizou o Ministério de Instrução Pública para êle transitaram êstes quatro últimos estabelecimentos de ensino superior, sem que todavia se desse cumprimento à lei de 1911 integrando-os na Universidade de Lisboa. Pensou-se realmente nisso, chegou até a ser presente ao Congresso da República uma proposta de lei para a reforma da Constituição Universitária em que se preceituava essa integração, mas essa proposta nunca foi votada. Nem discutida foi.

Ultimamente, quando funcionavam ao mesmo tempo as várias Comissões nomeadas para propôrem as reformas a introduzir em todos os ramos e graus do ensino, tornou a falar-se no caso, e parecia haver boas disposições, dum e doutro lado, para a inclusão das referidas escolas técnicas entre as Faculdades Universitárias. Sobreveio, porém, a criação do Ministério da Agricultura, e o Instituto Superior de Agronomia e a Escola de Medicina Veterinária passaram imediatamente para esse Ministério. Pouco depois o decreto de 6 de junho último completou a obra de desagregação, mandando passar a depender directa e exclusivamente da Secreta-

ria de Estado do Comércio o Instituto Superior Técnico e o Instituto Superior de Comércio.

Assim, longe de ingressarem na Universidade de Lisboa, estes estabelecimentos ainda mais se afastaram dela, transitando para outros Ministérios, ou, como agora se diz, para outras Secretarias de Estado.

¿ Como se manifestou a opinião pública perante esta seqüência contraditória de idéas e de factos? Ingénua pergunta! Sucedeu aqui, desgraçadamente, o que sempre sucede entre nós. O público, desconhecendo completamente a questão, tem assistido a tudo com a mais absoluta e gélida indiferença!

Os problemas desta natureza, que deveriam interessar pelo menos a gente que se diz culta, apenas chamam a atenção de meia dúzia de indivíduos. Entre esses, alguns apreciam-nos apenas sob um aspecto meramente pessoal. Outros, embora desejosos de acertar e cheios de boa fé, encaram-nos através do prisma que lhes é familiar, não tendo folego para considerá-los com mais largueza de vistas, atêndendo a todos os seus aspectos e correlações, que em grande parte desconhecem. É uma apreciação terra a terra, limitada às conveniências imediatas duma classe ou instituição, não se elevando, conseguintemente, à ponderação dos interesses gerais da colectividade. E compreende-se que assim seja, porque não há para orientar todos os bons desejos e intenções uma corrente qualquer de opinião pública, seja embora de fraquíssima intensidade.

Tenho tido várias ocasiões de expôr em público as minhas idéas pessoais em assuntos que tocam de perto à organização do ensino superior, geral e especial. Em face das providencias ultimamente decretadas é para mim um dever de consciencia desenvolver essas idéas e dizer claramente o que penso a tal respeito.

A constituição universitária de 1911 criou as Universidades de Lisboa e Porto cingindo-as à observância dum estatuto que lhe ficou sendo comum com a antiga Universidade de Coimbra. Eram, porém, muito diferentes as condições em que iam viver as três Universidades.

Na de Coimbra há tradições seculares que asseguram a perpetuidade e a livre expansão do espírito universitário.

Em Lisboa, além de não existirem essas tradições, a história dos estabelecimentos hoje sob a égide universitária faz-nos ver que eles pugnam em todos os tempos pela sua independencia e autonomia, defendendo-as até alguns deles encarniçadamente em várias oportunidades. Se isto não representa a negação daquele espírito, mostra pelo menos a dificuldade dele se criar e desenvolver. Os

estabelecimentos da capital, legalmente associados sob a rubrica da Universidade, só a constituirão realmente quando para todos os seus professores e para todos os seus alunos houver um ideal comum, ideal que não poderá pensar-se em i-lo buscar a uma tradição, que não existe, que só poderá criar-se quando houver a consciencia do elevado papel que à Universidade cumpre desempenhar no meio social para o bem da colectividade.

Julgo ocioso demonstrar quanto a existencia na capital da República duma Universidade, digna dêsse nome importa aos brios e aos interesses nacionais; o que preciso acentuar bem é que essa existencia, a ser *um facto*, e não apenas uma aspiração legal, está intimamente ligada com a função social que a Universidade deve ser chamada a exercitar, e que para bem desempenhar essa função carece de que nela se incoporem todos os estabelecimentos de ensino superior de Lisboa, hoje dispersados pelas Secretarias de Estado da Agricultura e do Comércio.

A Universidade de Lisboa tem de revestir um caracter muito diverso do da vetusta Universidade de Coimbra, que aliás muito respeito e venero; tem de ser, na minha opinião, uma universidade moderna, aproximando-se do tipo das universidades americanas tanto quanto o permitir a desigualdade das condições mesológicas.

Na conferencia que para a Sociedade de Estudos Pedagógicos tive a honra de realizar na Sociedade de Geografia em 17 de janeiro de 1918, versei precisamente o tema da missão social do ensino superior.

Sem me demorar na apreciação da maneira como tal ensino está organizado entre nós, indiquei rapidamente o que se observa nos differentes países quanto à inclusão, total ou parcial, dos estabelecimentos de ensino técnico nos domínios universitários; esbocei a traços largos a evolução das Universidades medievais e as características das Universidades modernas; e salientei a influencia consideravel que as Universidades, nas quais outrora se concentrava todo o ensino superior, tem exercido em todos os tempos na formação do espirito público.

A historia das Universidades alemãs, ou antes a comparação entre as doutrinas políticas que elas defendiam e a actual mentalidade do povo germânico, forneceu-me a prova dessa influencia; deu-me igualmente ensejo para acentuar que às Universidades cabem responsabilidades tremendas, quando não procuram actuar sobre as multidões guiadas tão sómente por um ideal nobre e avantajado de grandeza nacional.

Ponderando que a acção orientadora do espirito público cabe

principalmente às Faculdades filosóficas das Universidades, mas que para ela também podem contribuir todos os outros representantes do ensino superior, geral e especial, afirmei que a este grau do ensino compete tornar-se o órgão da consciencia nacional, e como tal velar pela pureza da língua pátria e pela conservação das formas de pensamento e de sentimento que caracterizam a sciencia, a literatura e a arte nacionais; avivar o culto da tradição, não para uma contemplação estéril das memórias do passado, mas para avigorar o sentimento patriótico sem prejuizo dos modernos ideais; orientar as energias da mocidade; e levar ás diversas camadas sociais, pela extensão universitária, a cultura geral e profissional, o amor da verdade e de todos os nobres sentimentos, o convencimento da necessidade da higiene social e o gosto pelos exercícios físicos.

Outro ponto há ainda a considerar na missão social do ensino superior: é, como disse na mesma conferencia, a sua contribuição no estado dos problemas económicos que interessam à vida colectiva.

Se o outro aspecto incumbe mais particularmente às Faculdades filosóficas, este último afecta principalmente os estabelecimentos superiores de ensino técnico. Não pode todavia dizer-se que lhes interessa a eles exclusivamente, não só porque as Faculdades de sciencia pura também podem cooperar eficazmente na resolução de muitos problemas de caracter industrial, como também porque não há barreiras que marquem onde acaba a sciencia pura e onde começa a sciencia aplicada. São frequentes na história da sciencia os casos de certas investigações, conduzidas com um fim meramente especulativo, virem a desentranhar-se mais tarde em copiosas applicações dum considerável interesse prático.

Depois de expôr estes conceitos, que para mim temem o caracter de axiomas, salientei que a cooperação do ensino superior na resolução dos problemas que respeitam ao desenvolvimento agrícola e industrial ganhou subida importância logo que em certos países se reconheceu a necessidade duma preparação eficaz para a luta económica que ha de seguir-se à actual carnificina dos campos de batalha.

Referi-me às nações do mundo que, antes da guerra, ocupavam os primeiros lugares como potencias industriais e comerciais; pus em relevo o seu espírito de organização, os seus métodos de trabalho e a excelencia do seu ensino técnico; disse que os países da *entente*, tendo prescrutado as origens do predomínio da Alemanha, na previsão da futura luta económica, foram encontrar a Sciencia dominando ali todas as manifestações da actividade humana; e

expliquei desta sorte os esforços admiráveis que a França, e sobretudo a Inglaterra, tem desenvolvido nos últimos três anos para aumentarem a sua potencia agrícola e industrial, fazendo convergir para esse objectivo as acções combinadas das classes produtoras e dos representantes do ensino superior.

Portugal tem de seguir na esteira dos seus aliados se não quiser ficar esmagado pelos povos mais progressivos na luta económica que se aproxima; e, para mostrar o muito que há a fazer, apresentei vários exemplos, na conferencia a que me reporto, enunciando problemas que muito interessam ao futuro da nossa nacionalidade, e que não podem receber uma solução satisfatória sem com os esforços das classes interessadas se conjugarem os trabalhos especializados do ensino superior.

Essa exemplificação pode ver-se no meu artigo sobre *O ensino superior e a industria nacional*, publicado no n.º 2 de *Pela Grei*, e serviu de base a duas recentes crónicas industriais de *O Jornal do Comércio e das Colónias*.

É evidente para mim que o ensino superior não pôde desempenhar-se cabalmente da sua dupla missão social sem que todos os seus institutos estejam reunidos num organismo único, formem um só corpo e uma só alma. Para poderem exercer uma influência preponderante na formação do espirito publico, é forçoso que haja para todos um mesmo ideal, que os animem as mesmas idéas, os mesmos sentimentos e as mesmas aspirações. Para poderem exercer uma acção decisiva no estudo dos problemas nacionais, sem que haja esforços desencontrados, energias perdidas, esquecimentos imperdoáveis ou tentativas inuteis, é forçoso haver uma unidade de planos e de acção que não se compadece com a ciosa independencia e autonomia dos institutos participantes.

Poderá supôr-se que, embora não se integrem na Universidade de Lisboa os quatro estabelecimentos de ensino superior que atrás mencionei, nada impede que entre todos os professores de ensino superior da capital se crie uma comunidade de vistas e identidade de sentimentos no que respeita ao papel que pódem desempenhar no fomento da riqueza publica; que entre todos se estabeleça, portanto, uma solidariedade moral, um verdadeiro espirito universitário.

Eu próprio pensava assim ainda há bem pouco tempo, como o testemunham algumas das palavras que proferi na abertura solene da Universidade de Lisboa, em 15 de Outubro de 1916, e se encontram reproduzidas nos n.ºs 3 e 4 da série V da *Revista de Educação Geral e Técnica*. A verdade, porém, é que me enganava,



e que ainda hoje se enganam todos os que pensam da mesma forma.

Numa série de artigos que estou publicando no *Boletim Oficial do Ministério de Instrução Pública*, com o título *Universidade de Lisboa* e o subtítulo *A sua missão social* pode ver-se que, tendo a Universidade solicitado a cooperação dos quatro estabelecimentos de ensino técnico, que já citei, para a obra da extensão universitária, todos eles se mostraram animados dos mesmos nobres intuitos, mas dois declararam claramente que queriam continuar a exercer a sua acção com toda a independência e autonomia; um demorou meses a sua resposta, acabando por se pôr incondicionalmente á disposição da Universidade; e o restante, que mais cedo se pronunciou neste sentido, deixou até hoje sem resposta a primeira questão concreta sobre que foi consultado, apesar de por três vezes lhe haver sido solicitada.

Contar, pois, com uma acção unida e combinada de todos os estabelecimentos de ensino superior da circunscricção universitária de Lisboa, sem que todos eles, *voluntariamente*, façam parte da Universidade, é, no meu entender, uma utopia.

Pode ser que esteja em erro. Por isso mesmo é que entendi dever dar a público as minhas idéas, contribuindo assim, ou porque elas caem no espirito de todos; ou porque sejam controvertidas, para que ao menos neste ramo especial possa começar a haver uma coisa que mereça o nome de opinião pública. Mantenho-me, ao mesmo tempo, dentro do programa de *Pela Grei*, que, falando no n.º 1 *Do intuito e natureza desta Revista*, pôs bem em fôco a necessidade de *criar opinião efectiva e consciente, dirigida a objectivos nacionais, pela qual a Nação se imponha ao Estado*.

PEDRO JOSÉ DA CUNHA.

---

«O primeiro passo de uma nação para aproveitar suas vantagens é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, o de que são capazes. A historia natural é a única sciencia que tais luzes pode dar; e sem um conhecimento sólido nesta parte, tudo se ficará devendo aos acasos, que raras vezes bastam para fazer a fortuna e riqueza de um povo».

CORREIA DA SERRA.

«Estas sciencias naturais, tão úteis ao homem, sem conhecimento e propagação das quais um reino é inculto, pobre e falto de fôrças, foram ignoradas pelos Portugueses, e o monopolio das humanidades lhes fechou por muito tempo as portas, persuadindo aos seus alunos que com elas tinha entrado a heresia do Norte».

J. V. ALVARES DA SILVA.

A SITUAÇÃO MORAL E SOCIALA escola portuguesa, órgão parasitario;  
necessidade da sua reforma sob a idea directriz  
do trabalho produtivo

(Continuado do n.º 3, p. 178)

## II

Neste sistema de sociedade o ideal do Português, pelo que respeita ao professorado superior, por exemplo, é o seguinte: o aluno entra na escola para fazer o seu curso na certeza de que — quer trabalhe, quer não — há-de vir um dia a terminá-lo; depois, aos concursos para segundos assistentes deseja-se que só possam concorrer os antigos alunos da mesma escola, para que o diploma garanta a quasi certeza do professorado; depois, aos concursos para primeiros assistentes só deveriam concorrer os segundos assistentes, — percebem V. Ex.<sup>as</sup> por que o motivo; e por último, só deveriam subir à cátedra os primeiros assistentes, — sempre para garantir a promoção sem necessidade de produzir. Pois ainda por cima, pessoal admitido é pessoal que fica, — seja como fôr que desempenhe o seu cargo.

Isto é uma *blague*, dirão V. Ex.<sup>as</sup>; pois não senhor: o que se encontra em Portugal defendido pela maioria, é isto mesmo, — quer dizer, o sistema mais perfeito para impossibilitar a investigação, premiar o ócio, impedir qualquer progresso, e empurrar para a sepultura, com o boléu da inconsciência, a sociedade em que vegetamos.

Como vêem, é êste o arranjo professoral que frisa na perfeição com a lei dos cereais, as pautas proibitivas, a organização do nosso crédito, a engrenagem do Estado e o sistema dos monopólios; que parilha concordemente com a oligarquia fundiária, a oligarquia industrial, a oligarquia financeira e a oligarquia comerciante. Dizia Hegel que uma árvore cresce como um silogismo; pelo menos, a árvore portuguesa é perfeita na sua lógica parasitária.

O prof. Celestino da Costa, na sua notável 2.<sup>a</sup> conferência <sup>1</sup>, tratou exaustivamente, e de maneira lucidíssima, o problema do recrutamento do professorado superior; insistirei não obstante neste problema básico, que revela o carácter da nossa escola e permite avaliar, gráficamente, o nosso retrocesso intelectual durante os últimos 40 anos.

Não há razão alguma para que se dificulte o ensino numa escola superior aos que demonstraram pelos seus trabalhos serem os mais competentes no assunto, possuam ou não possuam o bacharelato dessa escola, e tenham ou não, na sua mocidade, feito o curso da matéria que se propõem ensinar. A história das sciências está repleta de grandes sábios que fizeram estudos escolares diversos daqueles em que se distinguiram. Haüy, o criador da mineralogia, fez estudos escolares para eclesiástico; e é clássico o exemplo de Pasteur, um químico, ter feito uma revolução na biologia. Se olharmos para o Portugal dos nossos dias, veremos que os dois mais distintos historiadores que se seguiram a Herculano — Alberto Sampaio e Gama Barros — não fizeram o curso superior de letras, nem estudos oficiais de diplomática: formaram-se ambos em direito; Gonçalves Viana, o glotólogo, não tinha feito curso algum; e o nosso arqueólogo mais distinto, o sr. Leite de Vasconcelos, tem o curso de medicina.

Nos últimos 40 anos a mentalidade portuguesa decaiu muito; foi talvez porque a propaganda política substituiu durante esse tempo as verdadeiras ideias sociais — educativas, económicas, financeiras, — por meras questões de politicagem: monarquia ou república, clericalismo ou maçonaria; o resultado é que encontramos nos nossos homens de há 40 e 60 anos um pensar muito mais moderno, e mais positivo, do que o dominante de então para cá, e que nos vemos obrigados muitas vezes a defender ideias « revolucionárias », — revolucionárias para os Portugueses de hoje, — que sobre serem boas e velhissimas foram proclamadas em Portugal há mais de 8 e 12 lustros por autores muito lidos e influentes. Assim, por exemplo, o ataque ao sistema dos concursos para provimento de cadeiras, feito aqui muito a propósito pelo prof. Celestino da Costa, e antes dele, num relatório, pelo professor Alfredo Bensaude (o que lhe valeu protestos contundentes de algumas ilustres individualidades) esse ataque, que será mister repetir ainda, sabe Deus quantas vezes, — aparece há mais de 40 anos, nas *Farpas*, pela

<sup>1</sup> Agora publicada, juntamente com a primeira, sob o título *A universidade portuguesa e o problema da sua reforma*, tipografia da Renascença Portuguesa, Porto.

pena de Ramalho Ortigão. Não faltou por essa época um defensor dos concursos (ou não estivessemos em Portugal) a quem Ramalho respondeu nos termos que vão ver:

«Outro ponto que s. ex.<sup>a</sup> (dr. Zeferino Candido) controverte é o do principio do concurso, que s. ex.<sup>a</sup> deseja que continue em vigor.

«Nesta parte é ainda o sr. dr. Zeferino quem se encontra em desacôrdo com os livros que cita para nossa lição.

«Na Filosofia positiva, t. 8, p. 24-58, vem um artigo do snr. G. Pouchet intitulado «O ensino superior das sciências», no qual a necessidade de *abolir o concurso* no interesse do ensino, segundo a organização alemã, necessidade exposta nas *Farpas*, é mantida pelo autor como a *base de uma reforma* urgente no professorado francês.

«As curiosas afirmações do snr. Zeferino: «Um sábio que dá inferior prova num concurso oral prova ipso facto a necessidade de ser excluído do ensino; os sábios não são os melhores mestres; o concurso não exclue senão os inhabeis; o concurso afasta do ensino a perigosa intervenção das incompetências» — tem no referido artigo uma refutação plena em argumentos sólidos e em factos precisos.

«Frederico Savigny, o insigne mestre de direito romano, o criador da jurisprudência histórica e um dos primeiros professores do mundo, dizia do alto da sua cadeira na Universidade de Berlim, segundo se lê na autobiografia do seu discipulo Jacob Grimm, *que o concurso oral era a porta aberta às mediocridades*.

«O mesmo Jacob Grimm, o illustre filólogo, descobridor da grande lei do deslocamento das consoantes nas línguas indo-germanicas, criador do método histórico das línguas, professor de literatura alemã na Universidade de Göttingue, tinha uma invencível dificuldade de exposição, e era pelo grande e sincero esforço que empregava para se exprimir claramente, e pela paixão profunda que consagrava às verdades do seu método, que êle conseguia atrair a atenção dos seus discipulos e fixá-la nos elevados assuntos que o preocupavam. Na Universidade de Coimbra vemos — por o que diz o snr. dr. Zeferino — que Jacob Grimm seria «ipso facto» excluído do ensino».

Como se vê, estamos condenados a repetir um combate que já é antigo, índice (a que poderia juntar muitos outros) do nosso retrocesso intelectual durante os últimos 40 anos.

Tanto na escola superior como na instrução geral (primária e secundária) êste estado de coisas tem de modificar-se sob a idea directriz do trabalho produtivo. Na escola superior, a solução é simples; na primária e na secundária, muitissimo mais difficil. Só nestas últimas se encontra o problema pedagógico verdadeiro, o problema de psicologia, resultante de que se tem aqui, não de comunicar uma sciência (ou, melhor dito, o método de investigação de uma sciência) a um espírito já adulto, mas de fomentar o crescimento de um espírito infantil.

¿Que significa introduzir na universidade o principio do trabalho produtivo? Significa dar-lhe aquele carácter que Paulsen acentuou na sua obra, já hoje clássica, sobre as universidades alemãs; significa tornar a escola superior, antes de tudo, em centro de investigação:

«Segundo a concepção germânica» — diz êste autor — «o lente universitário tem uma *dupla função* a realizar: é, primeiro, um investigador produtivo, e depois, um mestre de

sciência. O carácter específico da Universidade alemã depende da união destas duas funções; a Universidade é a um tempo uma academia e uma escola, tendendo a considerar-se acima de tudo como criadora de sciência. Foram Fichte e Schleiermacher que primeiro exprimiram fortemente esta nova concepção, exigindo que o professor não somente conhecesse o que já foi feito e descoberto, mas enriquecesse por sua vez o corpo dos conhecimentos. A produção científica é de tal maneira salientada entre as condições de admissão no professorado, que suplanta tudo mais. Entre os requisitos a que o candidato deve satisfazer, não se insiste sobre a extensão dos seus conhecimentos e sua facilidade em os comunicar, mas sobre o valor da obra feita e sobre a sua capacidade para a pesquisa original. É a este sistema que a Alemanha deve, sobretudo, a posição que ella occupa no mundo scientifico contemporâneo ».

Eis aí o que diz Paulsen; pois, senhores, repete-se agora o caso anterior: estas ideas, que temos hoje que proclamar como revolucionárias no nosso país, encontramos-las sustentadas por Alexandre Herculano em 1841, quer dizer, há 77 anos:

«A universidade deve ser o padrão por onde se afira tudo que diz respeito à intelligencia: a sua missão é *duplicada*: de *escola*, quando provê de novos sujeitos as classes exceptionais; de *academia*, quando os seus membros, *vivendo pela sciência e para a sciência, teem na mão o facho dos progressos especulativos* ».

Escola e academia, diz Herculano: precisamente as palavras do filosofo alemão, que, aliás, escreveu muito depois.

Mas há mais. A decadencia apparecerá maior ainda se compararmos a elite directriz dos últimos 40 anos com a illustre pleiada « estrangeirada » da segunda metade do século XVIII. Um dos representantes dessa pleiada, D. Francisco de Lemos, o reformador da Universidade, criticava nestes termos em 1777 — há 140 anos — o sistema universitário de só ensinar a sciencia feita, com prejuizo da investigação:

«Tem mostrado a experiência que as universidades *nem teem infelizmente promovido estes conhecimentos*, nem teem recebido com a prontidão necessária os descobrimentos que de novo se teem feito em todas as sciências, porque sendo destinadas ao ensino público, se julgam limitadas a um curso de lições positivas ».

Como se vê, ainda se resiste em Portugal à realização de uma idéa que todos os povos adoptaram, e que foi no país apresentada pelo reformador da universidade há perto de século e meio!

Em resumo: cumpre fazer da escola superior um centro activo de investigação; cumpre acabar definitivamente com o sistema dos concursos; cumpre buscar onde quer que eles estejam, em Portugal ou no estrangeiro, os homens de competencia já provada. Além disto, há um requisito a exigir da escola técnica superior (de agronomia, de engenharia, de medicina, etc.): é introduzir o estudante na vida concreta da profissão. Com effeito, exercer o mester de médico não é, por assim dizer, o simples somatório de fazer ana-

tomia, fisiologia, patologia, matéria médica, e assim por diante; exercer o mester de engenheiro agrónomo não é também o somatório de fazer física agrícola, química agrícola, e botânica; exercer o mester de oficial de marinha não é o simples somatório de fazer astronomia, meteorologia, balística, cronometria. Num caso, o doente; no segundo, a granja; no terceiro, o mar, — assimilam os conhecimentos numa síntese viva e especial que torna o excelente clínico, o excelente agrónomo, o excelente marinheiro, uma coisa diversa de um excelente sábio nas sciencias subsidiárias das respectivas profissões.

Nas escolas de engenharia e de agronomia traduz-se este requisito por uma outra condição: o contacto íntimo — e o mais íntimo possível — com o industrial e o agricultor. Seja a escola uma dependencia da fábrica, a fábrica uma continuação da escola. Este carácter, que tenho exposto e reclamado desde há anos, e que torna a escola directamente intensificadora da produção, é o melhor remédio que ela tem contra as tendencias parasitárias. Ele foi exemplificado aqui mesmo, há uma semana, pelo sr. Cavallier, ao descrever o instituto de cervejaria da universidade de Nancy e o de fabricação de papel da universidade de Grenoble.

Introduzidos nas escolas superiores, como caracteres capitalísimos, a investigação scientifica e o viver profissional, ficam reformadas essas escolas segundo o principio director do trabalho produtivo. Introduzir a investigação é introduzir investigadores; e para isso, atrair os que existam em Portugal, contratar no estrangeiro notabilidades scientificas, mandar aos grandes centros os estudantes portuguezes, — o que tudo foi dito esplendidamente pelo professor Celestino da Costa. Passemos pois à instrução geral, onde a reforma, como lhes disse, é bem mais difficil de realizar.

A introdução do trabalho produtivo na instrução geral não se pôde fazer radicalmente, e num instante, em todas as escolas de um país, sobretudo se esse país é o nosso, tão imensamente atrasado no campo da pedagogia. Mas podemos introduzir desde já, aqui e ali, vários elementos, vários factores, vários caracteres da escola de trabalho.

A fórmula completa da educação trabalhista seria aquilo a que chamei « educação profissional ». Devo acentuar que designo por este nome uma educação *geral*, inteiramente diversa da educação *técnica*, no seu objectivo e nos seus métodos. A educação *técnica* é uma educação *especializada*, que visa a treinar o aluno nas operações que constituem uma determinada profissão: agricultor, me-

cânico, médico, carpinteiro, electricista, etc.; em suma, uma educação *para* actividades profissionais. Ora, aquilo que tenho preconizado desde há anos com o nome de educação «profissional» é uma educação *geral*, não especializada, em que se toma como *meio*, como razão de ser da instrução, o exercício de uma actividade social: é uma educação *por* (e não *para*) actividades profissionais. Essa actividade social — suponhamos a agricultura — exercida humanamente, com a mais larga consciencia de todas as conexões que ela implica, dá uma razão de ser natural a todo o trabalho do educador, como veremos dentro em pouco <sup>1</sup>.

A característica da escola de trabalho, portanto, tal como eu a compreendo, não é apenas uma questão de método, mas também um conceito determinado da função educativa. Que pretendemos nós? Dar aos espiritos a capacidade de um continuo desenvolvimento, e aperfeiçoar a sociedade em que vivemos. Estes dois objectivos reduzem-se, afinal, à mesma idea, porque desenvolver os individuos é aperfeiçoar a sociedade, e porque do carácter da sociedade depende, por sua vez, o desenvolvimento dos individuos. Mas por que meio, e de que forma, influencia cada um de nós (de maneira normal e persistente) a sociedade de que faz parte? Pelo trabalho da profissão. A escola deve, por isso mesmo, ajudar o aluno a bem escolher o seu mester na sociedade e a exercê-lo o melhor possível, fazendo-o considerar esse mester, não só no interesse do individuo, mas também no interesse da comunidade. Preparar uma pessoa para melhorar a sociedade significa, na maioria dos casos, dar-lhe um conceito moral da respectiva profissão, isto é, fazer-lhe considerar o exercício da profissão, não como um meio para fins individuais (ou só para fins individuais) mas como um meio para fins sociais, — como um meio de aperfeiçoar a sociedade.

Dir-se-há que encerro o moral nos limites da sociedade. Assim faço realmente, porisso que incluo no social não sómente a sociedade dada, a sociedade de hoje, mas qualquer laço social concebível pelo individuo, — tanto um laço social com os individuos da nossa espécie, como com seres inferiores e superiores ao ser humano, — com os animais e com os deuses. Neste sentido, todo conceito moral é um conceito de sociedade.

Tal a razão, digamos de filosofia social, em que se funda

<sup>1</sup> Para justificar esta nomenclatura farei notar o seguinte; quem faz violinos, por exemplo, para simples entretenimento, e os guarda depois em sua casa, exerce uma acção *técnica*, mas não *profissional*; esta última pressupõe uma troca de serviços, um alcance social do trabalho feito.

a escola de trabalho; permitam-me que lhe junte algumas outras. A razão psicológica, em primeiro lugar. A psicologia revelou que o conhecimento não é o produto de uma função de mera curiosidade especulativa: a sciencia formou-se, pelo contrario, para satisfação das necessidades vitais do individuo, e o proprio espirito nos aparece como organização de actividades. Ninguem hoje considera o espirito uma serie de faculdades já feitas, contemplando desinteressadamente um mundo de coisas já dadas: não; a intelligencia aparece, repito, como organização de actividades, e a criança é um ser essencialmente activo. Porisso mesmo a instrução escolar será tanto menos artificial, tanto mais da vida da criança, quanto mais os conhecimentos forem tomados como simples meios de organizar a sua espontânea actividade. Ora essa espontânea actividade assume, naturalmente, a forma de trabalhos profissionais. O trabalho profissional é o veículo, portanto, da aquisição dos conhecimentos.

Mas no seu papel de organizadora de actividades a educação não tem por objecto manter a estrutura da sociedade de hoje; tem por objecto melhorá-la. Ora o problema da sociedade de hoje é (todos o sabemos) coarctar os excessos e depravações da organização capitalista, deminuir as razões de antagonismo e de incompreensão entre as classes, tornar humano e agradável o trabalho de cada um. Está-se esperando para depois da guerra um passo decisivo neste sentido. Mas as sólidas conquistas só a educação as pode dar; a escola deve, consequentemente, ir afastando o operario da condição de mecanismo a que a moderna indústria, em grande parte, o reduziu, e dar-lhe para isso a consciencia do alcance geral do seu trabalho, — torná-lo participe consciente de uma faina de comunidade; e, pelo que respeita à burguesia, fazer com que os seus filhos possam viver, digamos assim, o ponto de vista largamente humano em que o problema social se nos impõe. Só a escola profissional, para ricos e para pobres, pode fundir capitalistas e assalariados numa comunidade humana superior: por um lado, elevando o trabalho à dignidade de umâ concepção geral e filosófica; por outro, banindo o dualismo pedagógico que divorcia as classes desde a escola: em baixo, a simples instrução do *abc*, mecânica e utilitaria, para o homem do povo; em cima, essa etérea educação falsamente aristocratica, meramente especulativa e sem ligação com o trabalho, que se dá, ainda hoje, ás classes dirigentes da sociedade<sup>1</sup>.

Se estes motivos se recomendam em todos os países civiliza-

<sup>1</sup> V. a minha brochura *O ensino como factor do ressurgimento nacional*, edição da Renascença Portuguesa, nota C.



dos, muito especialmente se recomendam nas circunstancias portuguezas. Patrões da industria e operarios podem unir-se em Portugal na mesma campanha libertadora. Sofremos os abusos de uma oligarquia tipificada pelo agiota, pelo especulador, pelo açambarcador, pelo politico, — pelo jogatineiro enfim: — e diante deles, impotentes porque isolados, o intellectual que se não escraviza (o que é uma especie muito rara) o medio burguês e o operario. A reunião destas três especies na mesma comunidade de trabalho — na mesma escola profissional — dará um agente de realização plena do ressurgimento portuguez. Por seu turno, só a colaboração destas três especies pode criar, com vida intensa, a escola de trabalho verdadeira.

E essa escola, bem realizada, é a melhor escola do character. Que pretende ella? Formar o cidadão no trabalhador, — entendendo por cidadão o partícipe dedicado e consciente de uma humana comunidade. Quer dizer: adoptando primeiramente um conceito civico da profissão, e, depois, generalizando gradualmente o conceito de civismo, até incluir no seu dominio todo o conceito de moralidade. O grande instrumento social é o organismo da profissão, e dentro do organismo da profissão existe uma especie de trabalho que é o de mais largo interesse humano: o trabalho manual. Por outro lado, não deveríamos esquecer que os gostos intellectuais, — os puramente intellectuais — na maioria dos homens não são tão fortes que se possa basear sobre elles a educação dos characteres. Pelo contrario, é só o treino manual que, além de manter nos filhos do povo o amor ao trabalho de seus pais, nos permite estabelecer, de maneira a todos acessivel, modelos evidentes e incontestaveis de trabalho honesto e de perfeição. Nem todos podem sentir e ajuizar a superioridade artistica de um poema, a solidez scientifica de uma teoria: mas podem todos apreender o que seja uma mesa bem construida, ou uma exploração agricola modelar.

No entanto, cumpre acentuar que o essencial é o *método* com que se dá essa instrução. Não se trata simplesmente de fazer operações manuais, mas de realizar uma actividade de maneira a salientar ao mesmo tempo as conexões que ella implica (conexões de natureza scientifica, psicologica e moral) extraindo della o maximo possível de auto-dominio para a vontade, de visão clara para a intelligencia, e fazendo tender todos os esforços para a comunidade de trabalho. O individuo adquire assim, a partir do seu proprio esforço, a intuição da sociedade, da sua dependencia em relação a ella, e do seu poder de a modificar para uma maior perfeição.

Uma outra razão é fornecida pela evolução da industria moderna. Se a sciencia teve origem nas necessidades das industrias

(incluo nestas a industria agricola) reciprocamente as industrias foram-se tornando cada vez mais, a partir do seculo XVIII, actividades de sciencia, já pelos instrumentos de que elas usam, já mesmo pela propria técnica da exploração industrial. Quando explora bem e à moderna, os processos do industrial são processos de cientista, e a maquina de vapor ou de explosão, a quimica, a electricidade, a biologia, invadiram completamente toda a actividade produtora. Resultou destes factos, para os processos industriais, um conteudo scientifico enormissimo. De aí os recursos instrutivos dos trabalhos das profissões; de aí o tesouro que neles pode achar, para a sua obra, qualquer professor de instrução geral.

Chegamos finalmente á razão nacional. «A moralidade colectiva», escreveu Antero, «é um facto, em grande parte, de ordem economica». Mais uma tese que é verdadeira em todos os países, mas muito especialmente na nossa terra. Toda a perturbação da nossa vida se vai entroncar, em ultima analyse, na inferioridade economica do Português; realizamos o ditado do nosso povo: casa onde não há pão, todos ralham, ninguem tem razão. O sistema oligarquico cria mendigos, e faz dos mendigos seus partidários; as instituições afogam o País em beneficio de oligarquias que nelas anicham os seus clientes, e ás quais, pela multidão de servidores que a mendicidade lhes dá, não temos energia para meter na ordem; a grande violencia das lutas politicas é um efeito do pedintismo, da nossa ânsia pelos empregos públicos; e só com operários que lhe exigem salarios gasta o Estado, ao que se julga, o melhor de 3.000 contos anuais. Por todo Portugal vão crescendo jovens que, não achando condições de produtividade (em si e no ambiente) ou por agricultura ou por indústria, são forçados a escolher entre três caminhos: a fuga para o Brasil, a entrada pacifica nas oligarquias, ou a entrada violenta, pela insurreição. Isto é geometrico e fatal, nas condições actuais economico-educativas; contra isto não há prègações, não há idealismos, não há moral nem filosofia que possam valer e triunfar; para isto são bôtas todas as armas,—da crença, da idéa, do heroismo e do character; succumbem diante disto o balázio e a rêtórica, os tribunos e as revoluções. Cada revolução, cada ideologia, cada tribuno, desde 1820 até hoje, traz uma revoada de burocratas para as secretarias do Terreiro-do-Paço, e uma invasão de Lisbôa pelos sem-trabalho da provincia. <sup>1</sup> Diante disto, senhores,

<sup>1</sup> Este ultimo facto já foi denunciado, em 1820-26, por José Agostinho de Macedo. Em 1834 chamava-se ao cais do Terreiro do Paço o *cais da paciencia*, por ser aí que, desembarcados, esperavam despacho os pretendentes provincianos.

a única sensata filosofia é dar de comer a quem tem fome; a única moral, empregar quem não tem emprego; *empregá-los, não nas secretarias mas na produção, criando condições de produtividade para a nossa gente que as não tem*, — para os pedintes que congestionam as instituições do Estado, exasperam as lutas das clientelas, fazem gastar milhares de contos em coisas que se fariam pela décima parte, e que, por serem servos da oligarquia, estorvam os espíritos independentes de efectuar a obra do ressurgir da GREI. Cumpre educar homens, portanto, capazes de desenvolver a produção, e, para isso, de soltar o garrote do parasitismo em que agoniza a sociedade. O problema moral português é um problema de economia; e se a solução agrícola depende, sobretudo, de uma remodelação agrária no Sul e nos nossos processos de cultura; a solução industrial, de termos energia hidro-electrica explorada por Portugueses; e a solução financeira, da democratização do nosso credito, — a sua solução pedagogica é uma escola do trabalho. Substituamos a escola para «ilustrar» pela escola para produzir, — ilustrando.

Tudo nos leva, portanto, a inculcar a escola do trabalho, — aquela cuja coluna vertebral é uma actividade de produção. Qual actividade de produção? Visto que se trata, não de treinar operarios para certa industria, mas de promover o bem geral, é intuitivo recorrer à indústria de que ele depende em maior escala: a agricultura nas regiões agrícolas, a pesca e a navegação nas regiões costeiras, a fição e a tecelagem onde tais indústrias predominem. Aliás, mais do que uma indústria terá de haver em cada escola, porque um trabalho, qualquer que ele seja, deixa de ser educativo logo que se torna habitual, quer dizer, desde o momento em que se automatiza. A atitude do pedagogo é radicalmente diversa da do técnico, ou do cientista: pouco se lhe dá da *sciencia* que se aprende, que se faz ou que se aumenta, e muito da *criança* que se desenvolve *pela sua propria iniciativa*. Se o ensino pelos livros é anti-pedagogico quasi sempre, o meneio do laboratorio não o é menos muitas vezes: tudo depende do espirito, da ofensiva intellectual, da curiosidade irrequieta com que se empregam livros e aparelhos. Aumentar o poder de ofensiva intellectual é propriamente o trabalho de um educador de inteligencias.

Portanto, o primeiro problema é extrair, digamos assim, o máximo rendimento educativo de cada trabalho industrial; é caso para ser resolvido pela união do tecnico e do pedagogista. É indispensável introduzir, ao lado dos professores teoricos, professores tecnicos de ensino geral, nos liceus e escolas primárias. Para formação desses professores podem apresentar-se os seguintes processos:

Buscar, entre os alunos dos institutos técnicos e os operários das indústrias (incluindo sempre a indústria agrícola) os que tenham gosto pelo ensino, e dar-lhes uma iniciação pedagógica;

Enviar aos Estados-Unidos, para as *Manual Training High Schools* e outras escolas semelhantes, jovens técnicos portugueses, com o objecto de adaptar o que aí se aprende às exigências da educação nas escolas gerais do nosso país. Estes jovens teriam, também, uma iniciação pedagógica.

Finalmente, quando se houvesse avançado nestes dois processos, introduzir nas escolas normais os ensinamentos técnicos necessários, em dois cursos: um curso técnico geral, para os futuros professores teóricos; um curso técnico especial, para os futuros professores técnicos.

Entretanto, poder-se-ia desde já transformar alguns liceus (o liceu de Évora, por exemplo) numa coisa semelhante aos liceus alemães de tipo agrícola, — isto é, verdadeiras escolas de educação geral, mas onde os trabalhos de exploração agrícola tenham papel predominante; e promover a criação de uma *escola nova*, do tipo conhecido por este nome, com administração particular, financeira e pedagógica.

Posso a estes alvitreos juxtapôr, para ficar assim mais completo, as medidas de carácter imediato que apontei na última conferência. São elas:

Introdução de técnicas modernas, psicológicas e pedagógicas, nas escolas normais, com pessoal perfeitamente habilitado que já tenha dado as suas provas:

Cursos de férias para os professores existentes que os quisessem, com a devida compensação pecuniária;

Redução dos programas segundo indicação das escolas superiores, que fixariam o mínimo indispensável em noções teóricas e trabalhos práticos;

Criação da escola infantil, aproveitando-se o pessoal já realmente habilitado, por exemplo o que estudou em Barcelona com Madame Montessori.

Agora (tratado este problema) é tempo de voltarmos a uma pergunta cuja resposta deixei diferida. Disse eu atrás que a reforma da escola implica com uma estrutura social que, dominando a vida dos partidos, não pôde por eles ser atacada com sinceridade e com eficácia; e pedi-lhes que deixassem para depois o discutir quem,

nêste caso, pôde atacar essa estrutura. Tendo preconizado a reforma do ensino pelo conceito civico da profissão (o civismo *pela* profissão e a profissão *para* o civismo) já todos adivinham qual deva ser, logicamente, a resposta que lhes vou dar. O ataque à organização parasitária tem de vir de agrupamentos profissionais, das elites das várias classes, devidamente coordenadas num sentido nacional, isto é, segundo a idéa civica da profissão.

São elas, as elites dos que trabalham, quem tem empenho em que a organização se modifique, em primeiro lugar: e só elas, em segundo, podem dar aos reformadores o apoio necessário para atacarem a oligarquia, os interêsses ilegítimos e parasitários. Porque sem uma força que se imponha, vinda de fóra dos partidos solidários com o parasitismo, só tentativas superficiais são possíveis, e, mesmo assim, sempre sujeitas a perverter-se pelo espírito da sociedade, ou a caírem com uma rajada que as deite a terra num segundo, — para o que basta, por exemplo, uma penada de um ministro.

Apoiados por uma força de opinião, por elites sociais organizadas, os reformadores tem de munir-se de duas especies de conhecimentos: a intelligência geral do problema e dos métodos modernos dos povos cultos, e a do estado concreto especial de cada actividade da Nação.

Portugal tem sido um país completamente desgovernado, porque não sabe o que é, nem o que tem, nem o que ambiciona. E assim havemos de continuar, sem plano de vida e aos tombos, enquanto afundarmos o nosso espirito, ou na inércia indiferente, ou em abstracções e generalidades, ou nas arruaças das clientelas, malbaratando as energias em questões de fórmula de governo, de religião, de sociedade, em vez de estudarmos em pormenor os problemas básicos *concretos*, — sociais, económicos, pedagógicos — de que depende com efeito a existência de Portugal.

Venho chamar para estes problemas a atenção dos académicos. Cumpre-lhes estudar e discutir as questões vitais do seu país; estudá-las e discuti-las, mas não entrar nas brigas políticas, e menos ainda tomar partido. Longe de se emparceirar com bandos políticos, eu quisera vêr o estudante disposto a erguer-se acima de todos, procurando exprimir acima de todos o verdadeiro protesto da Nação — protesto que não visa nem pôde visar nenhum partido determinado, mas uma estrutura social em que se incluem todos eles, em que todos participam, de que todos dependem, em que todos vivem e se alimentam, como o abutre da fabula sôbre as entrânhas de Prometeu...

Tambem o Prometeu português está encadeado a uma rocha,

com aquella cadeia de perversões de que nós o havemos de libertar... Porque para o libertar, meus senhores, não é necessária a força de Hercules, que estrangulava serpes dentro do berço e que sobre os seus ombros sustentava o mundo. Não; tão só um punhado de espíritos jovens que queiram manter na virilidade um esto generoso e uma clara idéa. Dir-me-hão que esse punhado não existe. Eis o que me nego a admitir: eles existem, decerto; espero e creio; mas não lhes teem até hoje esclarecido a situação. Resignar-se á morte de asfixia (só por uma tórva, apagada e vil inercia) não pode ser de maneira alguma um apanagio da mocidade, — e esta iniciativa da Federação Academica tende a excitar as energias de quem, sentinela da noite, aguarda que um astro desponte afinal na consciencia dos cidadãos.

ANTONIO SERGIO.

---

«Praza a Deus que todos de um impulso, de um acôrdo, de simultâneo e unido esforço, todos os Portugueses, sacrificadas opiniões, esquecidos ódios, perdoadas injúrias, ponhamos peito e metamos ombros á difficil mas não impossivel tarefa de salvar, de reconstruir a nossa perdida e desconjuntada Patria, — de reequilibrar emfim Portugal na balança da Europa.»

GARRETT.

«Querer fazer independentes entre si a agricultura e a indústria é um paradoxo, porém querer em Portugal antepôr a indústria á agricultura é outro ainda mais pernicioso.»

DOMINGOS VANDELLI.

«A indústria e a agricultura vão sempre de par com a arte de cultivar a razão, com as matemáticas, com a física, com as disciplinas politicas e económicas.»

J. V. ALVARES DA SILVA.

«Aprende a trabalhar e a esperar.»

LONGFELLOW.

«A elite intelectual define-se pela luz que derrama e não pelo volume das suas acquisições.»

P. DE ROUSIERS.

## COMENTARIOS

## Ideas e Factos

**A crise do pão.**— O ano agricola foi escasso de cereal em quasi todas as regiões do paiz. Cremos que não está organisada uma avaliação geral da colheita cerealifera que habilitasse a tomar providencias temporãs e suficientes para debelar a crise do pão, que podê ser um problema de ordem publica.

Em muitas terras do Noroeste, a cevada, pão colhido no fim de maio, foi saboreada em junho (quando d'antes não era alimento do homem); o centeio e o trigo, colhidos no fim de junho, foram e estão a ser consumidos por julho, agosto e setembro, com a batata: todas estas subsistencias tiveram cotação alta, logo na colheita, cotação que depressa passou a altissima, quando se tornaram sucedaneas do milho que não havia. Todos estes productos estarão exhaustos em muito pouco tempo. Vem o milho; mas a colheita é, no geral, muito escassa: não será pessimismo afirmar que, dada a carencia de centeio, trigo e batata que bem podiam poupar a borôa, em bastantes concelhos do Noroeste não haverá milho da colheita propria para quatro meses.

Ora esta escassez de cereaes dá como resultado uma pessima distribuição da colheita geral, porque justamente não ha a esperanza d'um abastecimento regular, e por isso os que podem, reservam, embora por elevado preço, o maximo possivel, faltando assim aos menos remediados: é a defeza da vida. Assim, a já deficiente produção ficará agravada por uma irregular distribuição.

Não havendo estatistica de confiança, podemos avaliar que será indispensavel importar para o consumo até ás colheitas de 1919, nada menos de 80.000 toneladas de milho (mais do que em 1905 e 1909; menos do que em 1913); e que será necessario importar tambem 150.000 toneladas de trigo (mais do que em 1905 e 1908; menos do que em 1913) <sup>1</sup>.

Exgotados rapidamente os sucedaneos do milho e do trigo, e em face das reservas que muitos hão-de fazer (o que afinal é um habito secular), para provocar o abastecimento sem crises locais (que podem interessar a manchas largas de territorio), parece que será necessario importar até ao fim de 1918 nada menos de metade do *deficit* de milho e de trigo: ou sejam 40.000 toneladas de milho e 75.000 toneladas de trigo—importar até janeiro de 1919 cerca de 115.000 toneladas de cereaes panificaveis. Isto é, parece que urge importar *por mez*, até ao Natal, muito perto de 30.000 toneladas de cereaes, ou sejam 1.000 toneladas *por dia*; o que corresponde a um vapor com 4.000 toneladas de cereaes nos portões a entrar

<sup>1</sup> Importação de cereaes em grão. *Trigo*: importação minima excepcional (1911) 11.939 toneladas; minima imediata (1912) 64.828 ton.; maxima (1913) 174.159 ton. *Milho*: importação minima excepcional (1911) 10.621 toneladas; minima imediata (1910) 13.159 ton.; maxima (1913) 104.490 ton. Em 1909 importação de 60.146 ton.

em Lisboa ou no Porto de quatro em quatro dias, por estes quatro mezes, do começo de setembro até ao fim de dezembro — é sem parar.

Evidentemente que este cereal não seria logo todo distribuído; nada impedia porém que, abastecidas as terras minguadas de pão, ele fosse constituir celeiros *sem fundos falsos* onde mais conveniente, para provocar uma distribuição regular da nossa colheita, justamente obtida pela certeza que logo se radicava de a gente ficar assegurada de pão.

Deixar ir até quasi ao exgotamento a colheita minguada de 1918, sem fazer uma importação larga (que afinal sempre se tem de fazer, a não sêr que preferimos morrer estoicamente á fome), e sem com essa importação assegurarmos o pão pelo preço minimo, não parece boa politica, nem para as finanças (que mais tarde os cereaes, sempre indispensaveis, serão mais caros), nem para a Grei, porque pode acontecer que passe dos limites a quasi infinita paciencia portuguesa, e que, com *soviets* ou sem eles, se dê a revolta por falta de pão.

— Poderá a governação assegurar-nos ao menos um navio de 5.000 toneladas por semana até ao Natal, a trazer-nos milho e trigo? — E. C.

\*

#### A carestia da vida e as agitações sociais que ela determina. —

Escusado é pensar que processos de repressão bastam para abafar as reclamações sobre a carestia da vida cada vez mais prementes, ou que os reclamantes se contentarão com promessas nas notas officiosas do Governo.

— A Guerra não acaba por enquanto? Permanece então cada vez mais agravada a causa do mal-estar — a carestia quasi insuportavel da vida —; e, o que é peor, dentro em pouco haverá a privação completa de alguns artigos considerados como absolutamente necessarios nos hábitos de viver.

Não queremos discutir se ha ou não ha razão para o altissimo preço de tudo o que ainda se vende, e para a falta de tantas coisas; o que sabemos é que nem a gente governada nem os dirigentes e governantes provocaram o augmento da produção nacional n'estes quatro anos passados da Guerra, e que nem com uma já longa experiencia, cada vez mais forte em más consequencias, nos acautelámos com os recursos de transportes e convenios que nos *garantissem* por importação o que não produziamos com o nosso trabalho, apesar de ser muito mais facil ter realisado nos dois, nos tres primeiros anos da Guerra, a autosuficiencia, até á superabundancia, do pão e dos artigos principaes do vestuario e do calçado.

A causa agravante da nossa miseria economica, não suprida por importações suficientes, trará como norma todos ralharem e ninguem ter razão, porque estaremos cada vez mais na casa onde não ha pão. E assim veremos repetidas as reclamações e os protestos contra a falta, que tem havido, de uma administração previdente e sensata.

— Acaba a Guerra depressa? Também virão as reclamações, porque não é depressa que voltará um estado de coisas toleravel para a vida; e na Europa da Guerra, sobretudo na Alemanha, na Inglaterra e na Austria-Hungria, o movimento operario no fim dela será incompressivel, quando no arranjo da palavra que ha-de rematar o *Made in ...* todos sentirem que fôra uma loucura a Guerra, e que é um pesadelo o acordar na Paz.



Não. A vida em futuro proximo deve ser de reclamações e de protestos, todos e por toda a parte descontentes, — menos talvez nas terras moças e providas de vasios para onde se possam arrumar os irrequietos, como os Estados Unidos Norte-americanos, ainda cheios de disponibilidades e victoriosos no modo de trabalhar.

Veio sempre até nós muito do que tem havido de mau na França, pouco do que tem havido de bom aí e pelo mundo todo. No fim da guerra teremos recrudescida a campanha pelas regalias operarias, que vae passar como tufão quando se tiverem enterrado os ultimos cadaveres da metralha.

Não pensem os pretores, pois, na força ou nas habilidades para responder aos que reclamem ou protestem; pensem antes em prescrutar a maneira de não irmos para as sangueiras nas ruas, porque ha toda a possibilidade de cabermos todos os portugueses em Portugal, a trabalhar como irmãos, fora da norma em que vimos, já por seculos, de fazer da vida nacional um comunismo devorador de todo o suor e de toda a riqueza da Grei. — E. C.

\*

**Na Igreja portuguesa.**—O facto culminante dos últimos dias foi a morte de D. António Barroso. O bondoso prelado deu uma illustre realização ao tipo histórico do missionário, tal como surgiu dentro de um povo que, em virtude de uma expansão artificial, se meteu a desbravar regiões longínquas antes de se haver colonizado a si. O seu exemplo, portanto, não foi aquê de que mais carecemos, que é o exemplo de um Ketteler e de um D. Francisco Gomes, e não o de um S. Francisco Xavier; mas como a virtude é a mais necessária de todas as grandes necessidades do mundo, corre-nos a obrigação de a exaltar, ainda quando não assuma aquela forma de que mais carece a comunidade. O valor do seu espirito deixou-o D. António assinalado no testamento: «Nasci pobre, rico não vivi e pobre quero morrer, em obediência e acatamento às leis da Santa Igreja Católica. Por isso, e salva a Liturgia, quero que o meu funeral seja o mais pobre possível. Em exequias que se me façam não quero elogio fúnebre, consentindo-o apenas nas da catedral desta minha diocese do Pôrto, *sob condição de versar sôbre as tremendas responsabilidades do sacerdócio e do episcopado*, visto o púlpito não ser para louvores, e sim para ensino». Lembrar que foram dêle estas suas palavras, e que êle as abonou com a sua obra em Africa, constitue, ao que nos parece, a melhor homenagem que lhe podemos prestar.

O successo de Coimbra com a Casa dos Estudantes faz-nos vêr o reverso da medalha católica. Que prova êle? Em primeiro lugar, a impulsividade infantil de quem tinha obrigação de ser maduro. Sem cuidar de saber o que era a instituição fundadora, se tinha carácter exclusivista, e o que havia feito por êsse muudo; sem investigar as condições de admissão e vida social (que sucederia, por exemplo, se os catolicos entrassem em maioria); ignorando se eram católicos os diplomatas inauguradores, — a devoção retoçou-se, regalada, no pecado da fúria,

nos igneos olhos fuzilante a ira,

e destampou num estoiro de barafustação epiléptica . . .

E agora? Agora, — descalcem suas excelencias a reverendissima bota. A nós compete-nos acentuar dois pontos (com todo o respeito pela religião católica, e pouquissimo aprêço pelos católicos portugueses):

Primeiro ponto. O decidirem os católicos fazer também a sua Casa, e em Coimbra. Fica havendo, escusadamente, duas Casas na «Lusa Atenas», e nenhuma em Lisboa e Pôrto. Demonstra-se que para fazer andar o ortodoxo anquilosado, não há como o hereje; que se não pretende o bem do estudante, mas a guerra ao dito hereje; e que a única maneira digna de combater um concorrente que faz uma obra (suposto que a Casa dos Estudantes é uma concorrência à Sé de Coimbra) está em realizar, no mesmo gênero, uma obra melhor que a do concorrente. Mas não se mediu, por desgraça, quanto parece audácia nos católicos portugueses o arrogarem-se o direito de criticar obras sociais, não tendo eles até à data nada feito que mereça citar-se para bem do povo português. Onde estão em Portugal as obras sociais católicas? onde os bispos reformadores? as casas de estudantes? os benefícios ao operariado? o ensino e auxilio à gente agricola? as caixas de crédito rural promovidas por católicos, como as alemãs e as italianas?...

Segundo ponto. Aquilo a que chamaremos uma scena da velha *Comédia da Purificação*. Atacou-se a Casa dos Estudantes como órgão *desnacionalizador*. É pecha antiga na nossa terra, desde o começo da decadência. O Português tem medo de desnacionalizar-se quando pretendem civilizá-lo, despojando-o da crosta de ignorância de que Eça de Queiroz falou algures: «a espessa crosta de ignorância com que saí de Coimbra, minha mãe espiritual». Repele-se a cultura do estrangeiro, o seu saber, o seu ensino, as suas fontes de civilização; mas aceita-se o seu duro império no campo da finança e da política. O segundo facto é a consequência do primeiro. Quem lhe não absorve a cultura (ao estrangeiro) tem de aceitar-lhe o pontapé. Enquanto a influência estrangeira nos não entrar nas Universidades, entra-nos o capitalista estrangeiro pelo Banco, pela Fábrica, pela Central electrica e pela Gleba. A influência cultural estrangeira é o verdadeiro antidoto para a outra influência, política e capitalista; mas em remediar esta não pensam os «nacionalistas»...

Assim como o Cosmopolitismo foi característica fundamental da época criadora e ascendente da história portuguesa, dando à Nacionalidade a sua razão de ser dentro da Iberia (Portugal criou-se como uma cunha estranha, comopolita, no corpo da Península) assim a fúria isoladora e *purificadora*, o medo da «desnacionalização» e da cultura, é um dos aspectos essenciais da nossa decadência. Provámos algures este facto, e denunciámos este vício<sup>1</sup>, em que participam todas as escolas, classes e partidos. Sempre que se requiere um esforço de real progresso, — a preguiça e a ganância do jacobino, a preguiça e a intolerância do católico, protestam contra a «invasão desnacionalizadora». E nesta farça se vive, ou se vai morrendo; com estes brados a paixão, a cubiça e a ignorância — vermelha e azul — afogam as iniciativas da intelligência, da virtude e do saber. Do mundo civilizado apenas queremos o *aspecto*, as fórmulas e o vestuário; por-

<sup>1</sup> Em *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares*, ed. da Renascença Portuguesa.

isso já D. Francisco Manuel notava que bom seria se, « assim como tomamos aos estrangeiros os chapéus, valonas e sapatos, — lhes tomáramos os bons usos! <sup>1</sup> » — A. S.

A « nova geração ». — O snr. Agostinho de Campos, no *Comercio do Porto*, notando que uma grande parte da « nova geração » é conservadora, tradicionalista, realista em política, católica, inimiga das « utopias sociais e políticas do século XIX », pergunta « com que extensão é tudo isto a mocidade portuguesa, com que intensidade, com que consciência, com que iniciativa ». Á data em que escrevemos, o distinto escritor não respondeu ainda a si mesmo; e enquanto se espera pelo seu depoimento, tratemos nós de dar o nosso, — não pelo gosto de criticar essa simpática mocidade, mas pelo dever, que a todos incumbe, de intervir na discussão de um caso de tanta monta. Como diz muito bem sua ex.<sup>a</sup>, « tudo isto me interessa muito, visto que interessa ao futuro da minha terra ».

Falando na generalidade e tôscamente, cremos que uma grande parte da geração (da de mais brilho e da mais nobre) é na verdade tudo aquilo, mas com basta confusão nas ideas, superficialidade avondo na sciência, e não pouco desconhecimento da Realidade. A mocidade de hoje imita o reaccionarismo francês, como a de ontem imitava o francês jacobinismo; reduzidas ao âmbito do parisiense (que já é uma parte de Paris) nem uma nem outra se inspiráram nos concretos sociais do mundo e da nossa terra. O mundo não estava no *Bonnet Rouge*, como não está na *Action française*; nem num nem noutra se aprende bem — por mais que eles o julguem — a conhecer, a instruir e a governar o povo de Portugal; e porisso, com todo o amor que tem à Ordem, é de recear que a « nova geração » seja mais um factor de desordem na sociedade portuguesa.

Diz-se a juventude de hoje desprendida de teorias, e atenta aos factos, mais invoca (a seu modo) factos que pertencem ao passado; despreza os factos do presente, e aqueles, sobretudo, que mais hão-de concorrer para os lineamentos do Futuro. É afinal de contas tão ideóloga como a precedente, — com uma ideologia antítese da outra, mas não menos ideológica. Bom é que seja anti-jacobina, e mal não viria ao universo se fôsse católica à moderna; o mesmo não diremos do seu « conservantismo », que nos parece demasiado estreito, à fôrça de olhar certos ideais (das tais « utopias ») com o desdém que é de uso chamar « soberano », neste caso mais propriamente um desdém de vassalão. Adorando o realismo político, vêem de longe e parcialmente as realidades económicas; esquecem sobretudo que as « utopias », uma vez radicadas nos cérebros de milhões de homens que teimam em as corporizar (e alguns dos quais são fortes cérebros) passam a ser um realissimo Facto, com peso e com energia, que se não desvanece e aniquila porque umas dúzias de bons rapazes — ainda que inteligentes e generosos espiritos — decidem ser « conservadores ». Tão louco é o conservador que despreza o espirito revolucionário, como o revolucionário que despreza o espirito de conservantismo: o verdadeiro realismo conta com todas as realidades, — mesmo as que são movidas por « uto-

<sup>1</sup> Visita das fontes

pias». A corrente electrica é talvez uma utopia; mas o motor que ela anima rasga Panamá e galga os Alpes.

As ideas são realidades; o espirito é um facto; as ideas, em um século, modificaram mais o aspecto da terra do que as outras forças naturais. «Politique d'abord», diz à mocidade Monsieur Maurras; mas é vão impingir aos povos problemas e discussões de que os povos não querem saber; e os povos, hoje, pouco se ralam com o que *d'abord* preocupa os nossos jovens; interessa-os o que *directamente* se liga á economia, ou ao regime economico da sociedade. Querer afastá-los desta attitude e de certas «utopias sociais» (que a guerra está tornando menos utópicas) é a grandíssima ingenuidade de todos os «conservadores» portuguezes, e daquela parte da mocidade que a si mesma se intitula «a nova geração». Também nós detestamos o jacobinismo, a retórica ôca e obsoleta de certos polfticos «radicais», o não menos ôco e obsoleto livre-pensadeirismo magalhães-límico; mas não somos por isso «conservadores», — e reclamamos o direito de contar como gente, de pertencermos à geração, e de não sermos tidos como os mais velhos. — A. S.

\*

**O relatório da sub-comissão do partido laborista inglês.** — Sim, as ideas são realidades; e o verdadeiro realismo, o realismo integral, — tem de contar com elas. Contar com elas não é aceitá-las no todo, mas procurar descobrir no conjunto a porção legítima que elas contem, e ser plástico bastante para nos conformarmos com essa porção (ainda que desagrade consideravelmente aos nossos hábitos) educando-nos a nós, e educando os povos, para as exigencias do futuro próximo. Não pensemos, sobretudo, em manter alguém indefinidamente em estado de tutela, mas em educar todos para que, com vantagem de todos, todos a possamos dispensar.

Uma das feições mais admiráveis do génio político inglês foi terem sabido os conservadores ceder a tempo, ao longo da marcha do liberalismo, de maneira que saíram dos seus próprios governos numerosas reformas liberaes, e das mais importantes. *Assim se evitam as convulsões sociais.* Essa plasticidade, essa intelligência, é mais que nunca necessária hoje. «O sr. Romanones — dizia há pouco um telegrama — declarou que o mundo sofrerá com a guerra uma transformação profunda de todas as ordens, especialmente política. *Estarão em êrro os que pretenderem continuar applicando as fórmulas antigas, os que querem solucionar os problemas do futuro com os olhos postos no passado.* Será um êrro lamentável. Tudo se transformará. As soluções que ontem nos pareciam lógicas não poderão ser aceites amanhã. *É necessário que todos se adaptem aos acontecimentos*».

Ora, entre os acontecimentos que é necessário tomar em conta, como um dos possíveis factores do mundo futuro, avulta o relatório da sub-comissão do partido laborista inglês. Este importante documento, que tanto tem interessado o mundo culto, rompe com os moldes tradicionais limitados pelo estreito principio da luta de classes, e esforça-se por traçar um caminho de maior equilibrio social, mediante uma visão serena e objectiva dos problemas formidáveis que agora ocupam (ou deveriam ocupar) todos os

homens civilizados. Recomendamo-lo à atenção dos nossos jovens, e dos nossos «conservadores».

O programa ali traçado pressupõe muita cultura, muita serenidade e auto-domínio no povo chamado a realizá-lo. Numa sociedade tão atrasada como a nossa — tão tósca ainda, bárbara e primitiva — o que ele sugere é a necessidade de um grande esforço das classes superiores para se educarem a si mesmas e educar o povo; ai de nós se não conseguirmos, em Portugal, elites para a obra de amanhã!

O partido laborista entende que o que cumpre transformar depois da guerra não é este ou aquele departamento do governo, esta ou aquela maquinaria social, mas a própria Sociedade. O conde Okuma, um dos mais velhos, experimentados e hábeis estadistas do Japão, opinou ser esta guerra a morte da civilização europeia; os laboristas podem manifestar-se de acôrdo com este juízo, pelo menos ao ponto de reconhecer na presente catástrofe mundial, se não a morte da civilização europeia, em todo caso o ponto culminante e a derrocada de uma civilização industrial que os operários não tratarão de reerguer.

O que esta guerra destroi não é sómente a segurança, os lares, o sustento e as vidas de milhões de famílias, e uma enorme porção de toda a riqueza acumulada do mundo, mas também a própria base da ordem social que a originou. O partido laborista fará todo o possível para a euterrar definitivamente com os milhões de seres humanos que enviou à morte. Se escaparmos à ruína da civilização que prevê o estadista japonês, havemos de convencer-nos de que cumpre construir uma ordem social nova, fundada, não na luta, mas na fraternidade; não na concorrência brutal, mas na cooperação, deliberadamente aplicada à produção e á distribuição, para beneficio de todos os que participam no trabalho; não na maior desigualdade possível das riquezas, mas numa sistemática aproximação de uma sã igualdade de circunstâncias materiais; não num domínio de força sobre nações, raças, colónias ou classes submetidas, mas sim (tanto no trabalho como no governo) naquela igual liberdade, naquele geral consentimento consciente e naquela maior participação no poder (económico e político) que é característico da democracia<sup>1</sup>. De resto o partido laborista reconhece, naturalmente, quanto é quimérica a idea de construir de novo a sociedade em dois ou três anos de febril «reconstrução». O que o partido laborista pretende é assegurar-se de que cada pedra que ele ajude a colocar ha-de contribuir para levantar a construção que ele deseja, e não outra.

*As colunas do edificio.* A guerra, que anulou os velhos partidos políticos, ensinou a todos os estadistas que é possível fazer muito mais nesse sentido desejado do que eles pensaram antes. O que agora o laborismo proclama como sua política não são simplesmente reformas particulares, mas sim um plano deliberadamente concebido, sistemático e compreensivo, para aquela transformação social que qualquer ministério se verá obrigado a empreender. As quatro colunas da casa que se pretende edificar, baseada nos alicerces comuns do regime verdadeiramente democrático da sociedade em todas as suas actividades, podem denominar-se:

I.— A extensão universal do mínimo nacional;

<sup>1</sup> Lembremos ao leitor português que se fala da verdadeira Democracia, e não da tirania jacobina; e que se trata de um povo de alta educação, como é o inglês.

- II.— O regime democrático da indústria ;
- III.— A revolução na fazenda nacional ;
- IV.— O excedente da riqueza em benefício comum.

I.— *O mínimo nacional.* — Por esta designação entende-se em Inglaterra aquele mínimo de condições necessárias para uma vida sã e para uma digna cidadania que os reformadores sociais se esforçam por assegurar a todos os membros da sociedade, qualquer que seja a sua classe. Se alguém padece, por pouco que seja, padece toda a comunidade.

Os pontos principais que neste particular ha-de compreender a reforma são os seguintes: regular legislativamente as ocupações, seguindo o caminho já iniciado pela complexa legislação protectora do trabalho nas fábricas, minas, caminhos de ferro, armazens e navios mercantes, assim como pelas leis sanitárias, de habitação popular, de instrução pública e de salário mínimo (o salário de 30 shillings por semana é considerado como remuneração legal mínima para os menos habilitados dos operários adultos, de qualquer profissão, em todas as partes do Reino Unido); organizar a desmobilização, para evitar a tremenda baixa nos salários e nas condições de vida do operário quando a desmobilização se decreta e voltem à pátria os milhões de braços agora ocupados nos trabalhos da guerra; prover ocupação para todos, tarefa já iniciada pelo governo liberal nas suas reformas de 1909 com o estabelecimento de bolsas de trabalho e de seguro contra o desemprego, de maneira a acabar com o desemprego forçado.

II.— *Regime democrático da indústria.* — A primeira condição da verdadeira democracia é a verdadeira liberdade pessoal. Neste sentido, o partido laborista protesta energicamente contra a continuação do serviço militar obrigatório e contra todas as restrições da liberdade individual por um momento mais do que o exigido pelas imperativas exigências da guerra. Pelo que toca aos direitos políticos, considera os seus repetidos pedidos de extensão do sufrágio em grande parte satisfeitos pela presente lei eleitoral, mas reclama ainda a igualdade política de ambos os sexos e a completa abolição da Câmara dos Lords. Mas, além da democracia política, requere-se ainda a democracia industrial, pela eliminação *gradual e progressiva* do capital privado no governo da indústria, e libertação de todos que trabalham, com o corpo ou com o espírito, para o serviço da comunidade. A resistência à perpetuação do desperdício e ineficácia que implica o abandono completo da indústria inglesa aos azares do interesse privado concretiza-se em duas séries de medidas, relativas umas à *nacionalização de serviços* (como sejam os dos caminhos de ferro, das minas, da energia eléctrica, dos canais, dos portos, das grandes linhas de navegação, dos seguros sobre a vida) e outras à *fiscalização do comércio dos artigos de primeira necessidade*. A experiência de socialismo administrativo realizada durante a guerra não deve cessar imediatamente pela declaração da paz. Seria uma loucura sancionar o povo o abandono do presente sistema de fiscalização governamental das compras e importações; de arraçoamento por meio de comités das indústrias afectadas; da obrigação, imposta aos industriais e comerciantes, de publicar ou facilitar aos governos os custos de produção, afim de pôr um freio ao desperdício pela ineficácia mecânica das empresas rotineiras; e da informação assim obtida relativa aos produtos tipos, assim como aos preços máximos na fábrica, no armazem e na loja.

III.— *Revolução na Fazenda nacional.* — Para saldar um divida

pública que poderá alcançar a cifra quasi incrível de sete mil milhões de libras, e para obter ao mesmo tempo os fundos necessários para as despesas da administração local e central, o partido laborista defende um sistema de tributação que produza os ingressos necessários sem prejudicar o prescrito nível mínimo de vida de qualquer familia, sem coartar a produção nem desalentar nenhum esforço pessoal, e com a maior aproximação possível da igualdade de sacrificios; repudia os planos proteccionistas, nos quais vê uma ameaça de encarecimento da vida, sustentando que todos os impostos indirectos, alfandegários ou de consumo, se hão-de limitar aos artigos de luxo e concentrar-se especialmente naqueles cujo consumo, sob o ponto de vista social, é de desejar que se restrinja. Opondo-se a todo tributo que seja um gravame para a produção ou o comércio, ou entorpeça os transportes e comunicações, preconiza os impostos directos sobre a venda superior ao custo necessário da manutenção familiar; e para o grande esforço que exigiria a amortização ou o alívio da dívida pública, a imposição directa das fortunas privadas, seja em vida ou por causa de morte. Para este efeito pede a modificação do imposto sobre o rendimento, no sentido de diminuir o imposto sobre as pequenas fortunas e de aumentar a taxa para as maiores, afim de igualar o sacrificio de todos os contribuintes. Isto implicaria a tributação por familia em vez de por individuos, de maneira que o encargo se aligeirasse em proporção do numero de pessoas que há que manter. Para pagar a maior parte possível da dívida pública reclama-se um imposto sobre o capital.

IV. — *O excedente da riqueza em beneficio comum.* — Até hoje a sociedade permitiu que as riquezas das minas, as rendas das terras superiores à margem do cultivo, os ganhos extraordinarios dos capitalistas afortunados e até os lucros materiais dos descobrimentos scientificos, fossem absorvidos por proprietários particulares, e logo convertidos com a maior largueza em luxo insensato de uma classe de ociosos. Contra esta malversação da riqueza da sociedade protesta o partido do trabalho, no interesse de todos os graus e especies de produtores manuais e cerebrais, a que poderia juntar o das gerações futuras. Como consequência, uma das principais colunas do edificio que o partido laborista intenta construir é a apropriação social do excedente de riqueza, para melhoria incessante ou incremento das diversas empresas de beneficio comum, como sejam a educação das crianças, adolescentes e adultos, a assistência aos enfermos, velhos e inválidos, a investigação scientifica, o fomento das belas artes, etc., que são os verdadeiros fundamentos de toda a civilização.

*Política externa.* — Assentes estas quatro colunas sobre as quais o partido laborista intenta reconstruir gradualmente a sociedade britânica, termina o relatório com algumas considerações relativas à política internacional, repelindo a um tempo o imperialismo e o não-intervencionismo, attitude egoista que esquece as obrigações dos trabalhadores para com os companheiros dos outros países e os deveres colectivos de cada nação para com as demais. Finalmente, proclama a solidariedade entre todos os povos do universo, condena toda idéa de guerra económica e os intuitos de desapossar ou empobrecer qualquer Estado, advogando o immediato estabelecimento — como parte integrante do futuro tratado de paz — de uma liga universal ou Sociedade das Nações, de um Alto Tribunal internacional, e de um Conselho de mediação.

Estas são, em resumo, as idéas do relatório. Ele não afirma o intuito da sua realização imediata, mas a vontade inabalável de as realizar gradualmente. Essa vontade é um facto, que deve entrar como coeficiente — um coeficiente indestrutível — em todos os cálculos do realismo político. — A. S.

\*

**Bibliografia.** — *A evolução e a revolução agrária*, por Ezequiel de Campos, Renascença Portuguesa, Porto, 1918, 99 p., 30 cent.; *A Universidade portuguesa e o problema da sua reforma*, por Celestino da Costa, Renascença Portuguesa, Porto, 1918, 104 p., 40 cent.; *O ensino técnico e profissional em Portugal*, por Bento Carqueja, Comercio do Porto, Porto, 1918, 50 cent.; *O ensino como factor do ressurgimento nacional; defeitos dos nossos métodos de ensino e maneira de os corrigir; linhas gerais de uma nova organização*, por Antonio Sergio, Renascença Portuguesa, 1918, 53 pag., 30 cent.; *O Economista português*, revista semanal, Lisboa; *Boletim da Sociedade Portuguesa de Sciéncia Social*, Renascença Portuguesa, Porto.

A tése fundamental da nova brochura do snr. Ezequiel de Campos é a seguinte: *a evolução agrária levará Portugal á falencia; só uma revolução agraria pode vitalizar a Grei, e manter a independencia da Nação*; a questão portuguesa é uma questão agrária. Acrescentemos que essa questão agrária inclue uma questão de orientação mental, uma questão educativa.

Começando, segundo o seu hábito, pela estatística, o autor resume o que deixou provado nas páginas de *Pela Grei*: em média anual, no ultimo decénio antes da guerra, importámos 24.274 contos de matérias fundamentais que a nossa terra poderia ter produzido em superabundancia, se adoptassemos os metodos de cultura apresentados resumidamente no ultimo numero desta revista, ao dar noticia das *Levas da minha terra*. Se a terra do Sul nos não cobre o nosso deficit de produção, não é a natureza que no-lo impede: *a solução dos problemas agrícolas é estorvada pela organização agrária*. O interesse monetario immediato e a comodidade do grande proprietario alemtejano são antagónicos com o interesse da Grei; no fim da guerra, há toda a vantagem para o landlord do Sul em não intensificar nem alargar a cultura do trigo; cumpre porisso povoar o Sul com pequenos e médios prédios agrícolas autónomos intercalados nas herdades. A extensa cultura fromentária não cria nunca a familia cultivadora, que é a base da grei próspera, o fundamento da nação feliz<sup>1</sup>. Já em 1884 J. A. de Vasconcellos, num folheto intitulado *A colonização do Alemtejo*, depois de descrever o atraso da cultura alemtejana e os males que dele proveem á nação, afirma que « só dos poderes públicos pode vir remedio para um tão vergonhoso estado de coisas » e que « a esperanza de desenvolvimento da população no Alemtejo é e será sempre uma utopia de quem o esperar sem que se opere uma *completa transfiguração* de algumas condições físicas *no sistema de divisão territorial*, e moral nas da constituição da sociedade... *Só mediante a sub-divisão de uma parte*

<sup>1</sup> Um exemplo notavel deste facto é a mudança de regime agrário introduzido pelos Francos na Gallia, a que nos referimos nas *Considerações historico-pedagogicas* (criação de servo com dominio, em vez do escravo do gallo-romano).



da grande propriedade do Alentejo é que poderá ter lugar uma colonização que prospere, com a prosperidade que pode trazer á provincia e ao país; e, a não se fazer assim, tudo será trabalho perdido, porque os colonos que vierem só veem aumentar o numero de desgraçados, e desgraçados há por cá de mais». As medidas que devemos exigir do Estado para colonização de terrenos a expropriar e para dar estímulo á parceria agrícola, que preconiza o sr. Ezequiel de Campos na última parte da sua brochura, pode vê-las o leitor inclusas no primeiro parágrafo da primeira secção do *Esboço de um programa de fomento* apresentado pela nossa revista (1.º suplemento de *Pela Grei*). Tais medidas requerem um complemento relativo á técnica, alfaia, credito, etc., que tambem ali ficou exarado.

O professor Celestino da Costa é um distinto investigador que enfileira na linhagem dos « estrangeirados » que, desde a segunda metade do século XVIII, procuraram civilizar êste país, contra a resistencia da ignorância, da rotina, da preguiça, da cupidez, do parasitismo, da charlatanice, mais ou menos mascaradas de « patriotas » ou « nacionalistas ». É triste verificar o pouco que até hoje conseguiu essa pleiada <sup>1</sup>, que teve como chefes, entre outros, Ribeiro Sanches, Verney, Correia da Serra, D. Francisco de Lemos, os bispos Cenaculo e Avelar, os fundadores da Academia, os autores das *Memórias económicas*, Alexandre Herculano, Antero de Quental. Na segunda das suas conferências sôbre *A universidade portuguesa e o problema da sua reforma*, o prof. Celestino da Costa acentúa muitissimo bem o ponto vital do ensino superior: o corpo docente e a maneira de o recrutar, de maneira a dar a êsse ensino o seu carácter mais importante de criador de sciência nova. Dêsse character se deduz o primeiro requisito do catedrático, que é o trabalho pessoal de criação. Cumpre abolir, por consequência, o sistema bárbaro, absurdo e nocivissimo dos concursos por provas públicas, e buscar as competencias já provadas, atraindo às Universidades, para os fazer lentes, aqueles investigadores que delas não fazem parte, criando-lhes mesmo cadeiras especiais. Por outro lado, é não menos necessária a exportação de mestres e estudantes para o estrangeiro, a aprender a sciência onde ela floresce, como já recomendava Ribeiro Sanches. Com este objecto propõe o autor a criação de um organismo semelhante à Junta espanhola para ampliação de estudos e investigações scientificas. De aí é que poderia sair, realmente, o pessoal capaz de realizar a verdadeira reforma universitária. Urge criar uma verdadeira Faculdade de Ciências com os seus Institutos especializados, Físico, Químico, Zoológico, Botânico, Mineralógico, Geológico, consagrados à investigação scientifica. Os Institutos teriam a principio a missão exclusiva de fazer discipulos e de criar sciência. Os cursos de habilitação actualmente professados na Faculdade de Ciências devem ser remodelados, permitindo uma especialização mais perfeita; importa tambem organizar cursos de illustração scientifica geral, habilitando a titulos puramente scientificos, e fazer do doutorado em sciências um titulo puramente scientifico e não profissional. Paralelamente, a Faculdade de Lêtras teria órgãos de investigação que constituiriam os Institutos Histórico e Geográfico e os Seminários Filológicos que é mister

<sup>1</sup> É certo que o maior esforço, pelo número e convergencia dos colaboradores, foi o do século XVIII, e que êsse encontrou a desorganiza-ção a influencia perturbadora da revolução francesa e das invasões de Junot, Soult e Massena.

fundar a valer, com pessoal especializado para esse fim. O actual sistema dos estudos de letras é indiferenciado e confuso, e organizado quasi exclusivamente com o fito na Escola Normal Superior, compreendendo cada bacharelato um numero muito grande de disciplinas <sup>1</sup>. Falta na nossa Universidade um bacharelato ou licenciatura análoga aos titulos ingleses e americanos de *bachelor of arts* ou *of science*, às *licences ès lettres* ou *ès sciences* dos Franceses, ao doutorado em filosofia das Universidades alemãs. Hoje, quem pretender um titulo universitário, como coroamento de uma instrução liberal sem fins propriamente profissionais, tem como recurso unico o bacharelato em Direito.

O distinto e activo professor e cientista, que muito a propósito faz notar que a reforma do ensino tem de começar de cima, estabeleceu neste livro perfeitamente os principios directores nesta matéria, escrevendo um guia que deve ser lido, relido e seguido pelos corpos docentes do ensino superior, pelas comissões de reforma desse ensino e pelos fazedores de leis.

O folheto do snr. Bento Carqueja, *O ensino técnico e profissional em Portugal*, dá exemplos suggestivos de algumas criações estrangeiras nesse ramo. Entre várias afirmações justas, o snr. Bento Carqueja fez bem em salientar que é preciso não atender apenas ao papel técnico do engenheiro, cumprindo tambem considerar a sua função económica e social. Desenvolvendo os conhecimentos scientificos do estudante, ensina-se-lhe nas escolas o que diz respeito à produção, às transformações e ao trabalho das matérias primas, mas pouco se cuida do elemento humano, do operario, que o estudante deve conhecer no seu ambiente e nas suas idéas, bem como o rendimento que ele poderá fornecer. Com justiça nota o autor que as nossas escolas técnicas não se integram num plano de conjunto; infelizmente o último capítulo da sua brochura, intitulado *Um plano de organização*, não escapa a essa critica: nessa dúzia de páginas há uma lista e não um plano, e esqueceu a relação do ensino especial com o ensino geral e as necessidades do País. Falta pois uma cúpula e unidade vital a estas notas, interessantes e de utilidade como vulgarização e propaganda. O 3.º cap. salienta o facto de entre nós se ter tratado do ensino agrícola superior e médio, abandonando-se quasi de todo o ensino elementar, tão imensamente necessário; e o 5.º, a necessidade da contribuição efectiva de todos os interessados para a obra do ensino técnico, da colaboração entre a Universidade e a Indústria, os começos modestissimos de alguns Institutos de nomeada, a influência e maravilhosos resultados que pode atingir, neste particular, um homem verdadeiramente dedicado à obra do ensino. É curiosa a longa lista, dada a pag. 101-102, dos cursos técnicos existentes na Alemanha, entre os quais se incluem os cursos para cabeleireiros, barbeiros, confeitores, limpa-chaminés, sapateiros, hoteleiros, empregados do correio, sejeiros e fabricantes de brinquedos. Isto dá um reflexo do que seja a organização scientifica da vida civilizada.

O opusculo *O ensino como factor do ressurgimento nacional* começa por estabelecer que o ensino público deve ser uma função social que, em íntima ligação com as outras funções (agricultura, commercio, indústria,

<sup>1</sup> A esse numero exagerado de disciplinas corresponde uma colossal superficialidade em cada uma.

bancos, administração, etc.) concorra conscientemente com todas elas para a realização de um plano de vida colectiva, de um ideal nacional; quem empreende uma reforma do ensino deve partir, portanto, de certas idéas directrizes sobre as necessidades da Nação. Entrando na análise da nossa instrução pública, o autor mostra que, segundo os depoimentos de professores oficiais, e pelas próprias palavras deles, não temos ainda ensino infantil; o primário fomenta a criminalidade, e arruina as intelligencias das crianças; o secundário está completamente afastado do que deveria ser o seu objectivo, sendo lastimoso o estado em que os rapazes entram, e se conservam, nos liceus; no ensino normal é tudo pobre, arcaico, rotineiro, bafiento; e finalmente, a verdadeira Universidade ainda não existe. Para caracterizar este estado de coisas, há quem diga que um dos erros do nosso ensino é ser excessivamente teórico, e que se torna necessário que ele seja prático; é esta uma maneira imperfeitissima de exprimir a realidade; o nosso ensino *finge* ser teorico, e designá-lo por essa palavra é a maneira defeituosa de exprimir que ele é *abstracto, verbalista, descritivo e mnemonico*, quando devia ser *concreto, executante, explicativo e intelligente*, acrescentando ainda que áqueles defeitos andam ligados os dois seguintes: o ensino é uniforme por todo o País, e desunido das actividades sociais, quando devia ser regional, por um lado, e por outro conexo com o trabalho, os desejos, as necessidades da Nação. Dêstes defeitos dá o autor uma explicação e analyse pormenorizada, dizendo como eles se evitam e corrigem no ensino das varias disciplinas do programa: sciencias naturais, historia, geografia, etc.: não podemos fazer aqui um resumo dessa análise. Para remediar tais defeitos é mister antes de tudo conseguir professores com as tecnicas modernas da pedagogia e da psicologia, e para isso, ter escolas normais que sejam dignas desse nome (há sempre que começar pelo ensino superior): o pessoal docente dessas escolas normais tem de ir buscar-se entre as competencias já provadas pelos seus trabalhos, nacionais e estrangeiras, acabando com o processo dos concursos e com o processo, mais absurdissimo ainda, das castas escolares. A ultima parte do opusculo é consagrada a expor as linhas gerais de uma nova organização, desde a escola infantil à Universidade, bem como as medidas transitorias a adoptar, antes de empreender uma reforma geral; parte desses alvitres foi inclusa na ultima secção do *Esbôço de um programa de fomento* apresentado pela nossa revista (1.º suplemento de *Pela Grei*)<sup>1</sup>.

O *Economista Português* continúa a manter o carácter de revista interessante, instrutiva, de critica justa, de rasgada orientação, que lhe temos reconhecido. Tal orientação está bem marcada nos seguintes períodos: «Este país somente pode salvar-se por dois grandes caminhos paralelos e harmónicos. O primeiro está no esforço de estabelecer, dentro da República, uma politica de tal superioridade e força persuasiva que faça coexistir em sufficiente concórdia todos os republicanos e monárquicos, todos os partidos, grupos e credos de qualquer natureza, deixando a cada qual abertos os horizontes das aspirações e esperanças legítimas e tolerantes. O segundo está numa governação anormal, renovadora e vigorosa, que pela

<sup>1</sup> Aqueles dos nossos leitores que não conhecem o *suplemento* podem pedi-lo à redacção, rua do Salitre, 55, 3.º, Lisboa, ou à Renascença Portuguesa, rua dos Martires da Liberdade, 178, Porto, bem como ás livrarias onde se vende a nossa revista.

coordenação dos interesses e necessidades de todas as classes com aproveitamento máximo das reclamações operárias, não colectivistas, mas sociais e progressivas, provoque afinal toda a produção possível, especialmente na terra, e meta na ordem e na disciplina pelo menos a distribuição e o consumo das subsistências». A salientar os artigos de crítica à liberdade em que se tem deixado a exploração bolsista e bancária da praça, e ao sistema de influências capitalistas açambarcadoras que domina todas as altas posições financeiras, económicas, sociais e mesmo políticas de Portugal, *com perigosíssimas ramificações no estrangeiro*. O grupo financeiro e mercantil do Banco Ultramarino, — diz o *Economista* — com ligações profundas nas praças e nas estações oficiais de Inglaterra, para exploração absorvente da nossa economia geral, deitou e moveu uma rede de arrasto no fundo onde existiam depósitos e outras disponibilidades particulares, que eram a principal reserva para o fomento e salvação de Portugal. Esse grupo não está aí para fomentar, mas sim para explorar a Nação portuguesa. A entidade estrangeira a que se subordina não veio para cultivar, com os dinheiros que atrai, as terras da metrópole e das colónias; nem para desenvolver as indústrias; nem para construir navios; nem para fazer obras de utilidade pública; nem para abrir caminhos ao comércio. Veio açambarcar simplesmente os dinheiros, as empresas e os negócios existentes; veio pedir ao Estado o obter concessões e promessas de garantias de juros e amortizações, mudada em seu agente a Companhia de Crédito Predial; veio ser o árbitro e o fruidor supremo da exportação portuguesa; veio ter ao serviço dos seus interesses a frota da Companhia Nacional de Navegação, transformada por sua influência e com seu enriquecimento; veio ao ponto de querer que o Estado entregasse àquela Companhia os navios ex-alemães, para ter a chave decisiva dos monopólios de terra e mar... Claramente veio executar o projecto de subjugar e sujeitar ao estrangeiro, e explorar para ele e com ele, a nossa economia nacional, — com o nosso capital, com os nossos créditos, com as nossas influências, com os nossos trabalhos e com a nossa vida... Cumpre desenvolver um organismo financeiro que possa opôr um dique contra o vagalhão de amções absorventes que se despenhou sobre o País; e de garantir o nosso equilíbrio financeiro, económico e social. Esta função está naturalmente reservada à Caixa Geral dos Depósitos, e foi em tal caminho que a colocou a reforma, verdadeiramente notável, decretada em 13 de julho.

O último número do *Boletim da Sociedade Portuguesa de Sciencia Social* inclui, entre outros, um artigo sobre *a crise nacional*, pelo snr. José Fontes; sobre *a emigração portuguesa para França*, pelo snr. José de Mattos Braamcamp, preconizando uma emigração agrícola para aquele país, e informando que a forma que mais conviria aos imigrantes sem capital seria uma associação com os proprietários análoga ao que se chama em França *métayage*, em que as duas partes são interessadas na produção; uma exposição e explicação do vocabulário usado pela escola; e um interessante inquerito sobre o tipo da família do Vale de Aguiar, pelo snr. Manuel Pimenta.—A. S.